



Rio de Janeiro, 21 de Maio de 2021. A Administração da MLog S.A. (“MLog” ou “Companhia”), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar (Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (Projeto Distrito Industrial e Porto Múltiplo em Linhares), Asgaard Navegação (Companhia de Navegação de Apoio Marítimo) e CNA – Companhia de Navegação da Amazônia (Companhia de Navegação Fluvial), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do 4T20 e do ano de 2020

◆ Operação Bourbon Offshore (“BOM”):

- Aumento da frota atual da MLog pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, que serão operadas pela Asgaard;
- Utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”); e
- Conversão da Asgaard na operadora de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil, já contratada mas ainda sendo executada juridicamente.

◆ Aumento do *backlog* de contratos na navegação *offshore*

- Dois novos contratos, de aproximadamente 3.5 anos cada, para 2 dos AHTS comprados da BOM;
- Novo contrato para operação de embarcação WSSV por 3 anos.

Mensagem da Administração



De 2016 a 2019, o negócio de navegação offshore não só tornou-se operacional, com a finalização da construção e início da operação da embarcação OSRV (Oil Spill Recovery Vessel) Asgaard Sophia, como abriu uma nova frente com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”), maior transportadora fluvial de óleo e derivados na região Norte do Brasil. A CNA trouxe para o grupo: (i) receita adicional; (ii) créditos de AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante) e (iii) uma redução do risco (beta) do grupo pela diversificação entre Asgaard e CNA.

Neste período, a CNA se consolidou como líder de mercado, enquanto a Asgaard se solidificou como a melhor operadora brasileira de navegação de apoio à indústria de óleo e gás de acordo com o PEOTRAM - Programa de Excelência Operacional em Transporte Aéreo e Marítimo da Petrobras. Dentre mais de 50 companhias avaliadas anualmente, a Asgaard foi eleita a número 1 do PEOTRAM em cada um dos últimos 4 anos. Apesar da excelência operacional, à Asgaard ainda era necessária uma escala mínima operacional, que estimávamos em 2 a 4 embarcações adicionais.

Após diversas negociações e conforme Fato Relevante divulgado em 19 de fevereiro de 2020, a MLog celebrou, juntamente com Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”) e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM (Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barreto) e (ii) conversão da Asgaard na plataforma para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil. Para isso, a Asgaard passará a ser detida 50% por cada uma das empresas, MLog e BOM.

Além de atingirmos uma escala mínima operacional e de criarmos uma parceria com uma das maiores e melhores operadoras de embarcações de apoio marítimo no mundo, esta operação possibilita a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) existentes e futuros gerados pela CNA.

Até dezembro de 2020, todos os passos necessários que dependiam de aprovação de terceiros foram realizados. Para 2021 esperamos finalizar os movimentos societários na Asgaard e operacionalizar a transferência de um ou mais contratos operacionais dos AHTS da BOM para a Asgaard.

Os impactos positivos desta parceria já começaram a ser vistos, com a participação da Asgaard em processos competitivos para operação de novas embarcações e também em operações de fusões e aquisições aumentando. Até o final de 2020, já tínhamos fechado um novo contrato para operação de um WSSV para a Petrobras, em parceria com a Halliburton.

Mensagem da Administração



No mesmo período de 2016 a 2019, o Projeto MOPI sofreu sua principal alteração estratégica. Inicialmente pensado como um modelo integrado mina-mineroduto-porto, o Projeto MOPI passou a considerar a produção própria de minério de ferro e alternativas logísticas via parcerias, se aproveitado da disponibilidade atual da infraestrutura brasileira, que conta com pelo menos cinco grandes portos com capacidade ociosa para carregamento de minério no raio de alcance logístico de nossa mina.

Esta nova estratégia do Projeto MOPI, aliada às fortes altas ocorridas no preço do minério de ferro desde então, foram fundamentais para os avanços ocorridos, sendo o mais importante deles a retomada as atividades de Licenciamento Ambiental do projeto.

No terceiro trimestre de 2019, após a execução de estudos e atividades relacionadas ao cumprimento das condicionantes da Licença Prévia (“LP”) do Projeto, a MLog protocolou requerimento da Licença de Instalação (“LI”) do Projeto MOPI.

Por todos os fatos acima, acreditamos que 2020 marca o início de uma nova fase operacional para a MLog.

Com a navegação operando já com escala mínima e com uma parceria que aumentará a velocidade de crescimento futuro, a holding atuará de maneira mais estratégica na atividade, com foco especial em novos negócios (fusões e aquisições e também em projetos comerciais estratégicos) e na alocação de capital da atividade.

Na mineração, após o protocolo do requerimento da LI, reforçamos nosso time executivo do Projeto MOPI, que focará seus esforços nos avanços técnicos do projeto e, principalmente, na estruturação de novas parcerias comerciais, logísticas e na captação de recursos específicos para o desenvolvimento e implantação do Projeto.

Os desafios da Companhia, porém, ainda são muitos. Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o ano de 2020 com volume consolidado de ativos circulantes menor do que o de passivos circulantes.

Esta circunstância está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (*Obrigações na Aquisição de Investimentos*). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Mensagem da Administração - COVID 19



A Administração da MLog e suas subsidiárias, seguindo orientação da CVM em OFÍCIO -CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, analisou os potenciais riscos da pandemia COVID-19 em seus negócios.

Desde a semana de 17 de março de 2020, a MLog implanta medidas operacionais de redução do risco de contaminação pelo COVID-19 de seus colaboradores, dentre as quais: utilização de trabalho à distância (home office), suspensão de reuniões presenciais que possam ser realizadas virtualmente, comunicação de medidas preventivas de contaminação, questionários de risco e atuação conjunta com seus médicos do trabalho, laboratórios de teste em caso de necessidade e plano de saúde.

Embora seja difícil a realização de previsão de impactos na Companhia de situação tão complexa, com cenários de exceção e, até certo ponto, exógenos às decisões da Administração, já que o COVID-19, mais que um risco individual da Companhia, é um problema social, a Administração elenca abaixo o que acredita serem os principais riscos associados à esta crise, por linha de negócio:

Navegação

O negócio de navegação da MLog é composto pela navegação de apoio à indústria de petróleo offshore, com a Asgaard, e serviços logísticos à indústria de petróleo, com a CNA.

A Asgaard opera hoje com contratos firmes e de prazos mais longos, de pelo menos 1 ano, com a Petrobras, com demanda e preço contratuais garantidos.

Dentre os principais possíveis riscos associados às operações da Asgaard, incluindo BOM, estão:

- Interrupção dos serviços pela Petrobras por motivos de Força-Maior;
- Interrupção temporária da capacidade de prestação de serviços pela Asgaard por eventos relacionados à pandemia, como quarentena sanitária, falta de pessoal técnico devidamente qualificado e autorizado e de materiais essenciais à prestação de serviços, como óleo combustível, rancho para os tripulantes e peças para manutenção da embarcação;
- Aumento dos riscos operacionais causados por problemas de comunicação, controle e gestão, todos potencialmente impactados pela atuação regulatória do poder público.

Mensagem da Administração - COVID 19



A CNA opera no transporte de petróleo cru e derivados com carteira diversificada de clientes, rotas e produtos na região Norte do Brasil. Seus principais clientes são Raízen e Petrobras e suas principais rotas são Coari-Manaus e Manaus-Porto Velho, onde são transportados petróleo cru, diesel, gasolina e outros derivados.

Dentre os principais possíveis riscos associados à CNA, estão:

- Redução da demanda por serviços de transporte de óleos e derivados em sua região de atuação, que impactariam negativamente o volume transportado, a receita líquida e o resultado operacional da companhia;
- Interrupção temporária da capacidade de prestação de serviços pela CNA por eventos relacionados à pandemia, como quarentena sanitária, falta de pessoal técnico devidamente qualificado e autorizado e de materiais essenciais à prestação de serviços, como óleo combustível, rancho para os tripulantes e peças para manutenção da embarcação;
- Aumento dos riscos operacionais causados por problemas de comunicação, controle e gestão, todos potencialmente impactados pela atuação regulatória do poder público.

Conforme Nota Explicativa 24 sobre seguros, ambas Asgaard e CNA possuem contratos de seguro que incluem proteções em casos extremos, mas alguns cenários citados acima podem estar fora destas coberturas, com seus impactos sendo mais severos aos resultados da atividade de Navegação da MLog.

Mineração

O negócio de mineração da MLog, cujo principal ativo é o Projeto Morro do Pilar, encontra-se em estágio pré-operacional. Com isto, os riscos operacionais gerados pelo COVID-19 e associados ao ativo são limitados. Conforme mencionado nas Informações e Demonstrações Financeiras anteriores, a Companhia realiza esforço de captação de recursos para implantação do Projeto e a manutenção do cenário de volatilidade e queda dos preços dos ativos pode impactar o valor de seu ativo e a linha do tempo de implantação do Projeto Morro do Pilar.

Impactos de Longo Prazo

A Administração da MLog entende que até o momento, não é necessário nenhum ajuste em suas Demonstrações Financeiras em função do COVID-19 e suas consequências, mas está acompanhando a evolução da pandemia, tanto em nível global quanto local, e comunicará a seus acionistas os Fatos Relevantes que possam ser desencadeados pela situação conforme surjam novos acontecimentos.

Navegação Offshore



Visão de Mercado

O mercado de petróleo em 2020 foi marcado pela alta volatilidade trazida especialmente pela pandemia. Usando os preços dos contratos futuros do WTI como referência, o barril de petróleo começou o ano próximo a US\$60/barril, caindo bruscamente até patamares inferiores a US\$20/barril em abril, negociando a maior parte do segundo semestre próximo de US\$40/barril, encerrando o ano nos níveis de US\$50/barril.

Resultado desta alta volatilidade, o mercado global de prestação de serviços de navegação de apoio marítimo também sofreu pressões tanto nos preços das diárias quanto nas taxas de ocupação. De maneira geral, o cenário permanece de sobre oferta estrutural de embarcações, sem qualquer indicação de melhora sustentável no médio ou até longo prazo.

Como consequência, muitas das grandes empresas do setor de apoio marítimo enfrentam problemas graves combinados de liquidez e solvência, exceção feita às empresas que passaram por processos profundos de ajustes de seus passivos.

Como a sobre oferta de embarcações não deverá ser ajustada nos próximos anos nem pelo aumento de *scrappage* nem pelo acompanhamento da demanda, não vemos uma continuada melhora de preços ou ocupação nas frotas globais. Nossa visão é de que as forças pontuais mais importantes para melhorias do cenário virão da combinação do número cada vez maior de embarcações em *lay-up*, que geram demanda adicional de investimento para que estas embarcações voltem a operar, com a limitação de acesso a caixa pelas companhias do setor.

A combinação destes fatores suporta nossa visão de que a estratégia de busca por oportunidades focadas em mercados ou nichos específicos será capaz de oferecer consistentes retornos mesmo no atual cenário.

No caso de nossa atividade de navegação offshore, a Companhia vem buscando o crescimento através da participação em processos competitivos que envolvam principalmente barcos mais sofisticados e maiores, focados no apoio à operações no pré-sal e onde a nossa disponibilidade de tonelagem para REB pode atuar como um diferencial competitivo.

Navegação Offshore

Destaques operacionais

Operação BOM (Bourbon)

- No começo de 2020, a MLog assinou um contrato com a BOM prevendo:
 - aumento da frota atual da MLog pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, que serão operadas pela Asgaard;
 - Utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) disponíveis e futuros; e
 - Conversão da Asgaard na operadora de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil, já contratada mas ainda em andamento jurídico.

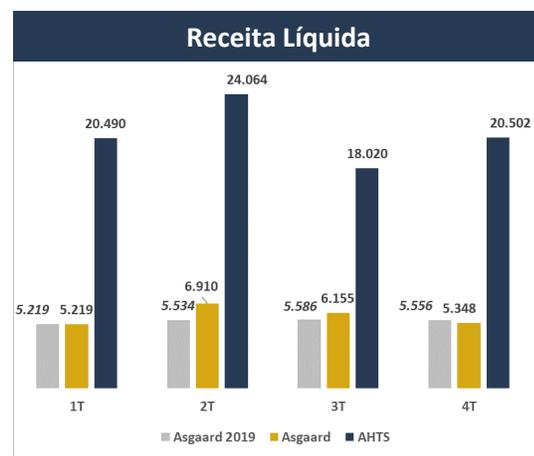
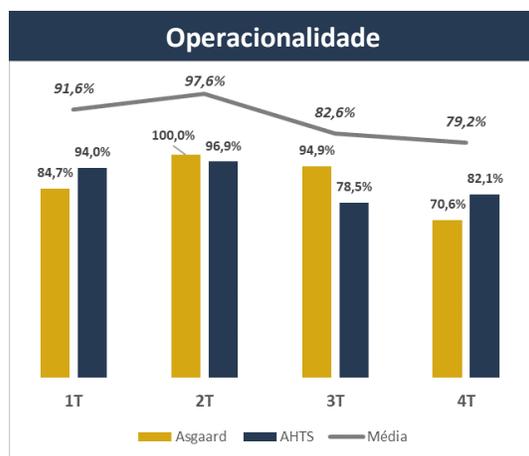
Novos Contratos

- Em 2020, a Asgaard sagrou-se vencedora de diversos processos competitivos, dos quais 3 novos contratos já foram assinados, todos com início em 2021 e tendo a Petrobras como cliente:
 - 2 contratos para operação de 2 dos AHTS comprados da BOM;
 - 1 contrato para operação de um WSSV.

Estes novos contratos totalizam um *backlog* de aproximadamente R\$489milhões.

Operacionalidade e Receita Líquida

- Queda de operacionalidade e receita líquida da Asgaard no 4T 2020 por parada programada de manutenção, enquanto um evento de manutenção não programada impactou o 3T 2020 e 4T 2020 dos AHTS.



* Os dados referentes aos AHTS não foram auditados

Navegação Offshore



Principais tipos de embarcações Offshore

- *Platform Supply Vessel (PSV)*, embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.
- *Anchor Handling Tug Supply (AHTS)*, embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.
- *Oil Recovery Supply Vessel (OSRV)*, embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.
- *Well Stimulation Supply Vessel (WSSV)*, embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.
- *Dive Support Vessel (DSV)*, embarcações equipada para atividades que envolvam mergulhadores.
- *Construction Support Vessel (CSV)*, embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e mergulhadores.

Overview Regulatório do Mercado Brasileiro

- *Empresa Brasileira de Navegação (EBN)* é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) à operar em alguma ou diversas atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir pelo menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.
- *Registro Especial Brasileiro (REB)* é um regime exclusivo à embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB embarcações construídas no Brasil, importadas (com pagamento devido de impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelage de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997)
- *Principais tipos de Afretamento*
 - i. *Afretamento a casco nu (ou bareboat)*: afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;
 - ii. *Afretamento por tempo (ou time charter)*: afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.

Navegação do Interior e Cabotagem



Visão de Mercado

O mercado brasileiro de consumo de combustíveis sofreu com os impactos causados pela pandemia na demanda em geral, vindos tanto da redução pontual das atividades pelos governos locais quanto pela queda no nível de atividade econômica.

O auge dos impactos da pandemia no setor se deram em abril e maio, meses onde a queda do consumo de gasolina na comparação anual foi superior a 20%. Após este momento mais agudo, o setor recuperou parte dos volumes, com 3 dos últimos 4 meses de 2020 apresentando crescimento de consumo mensal se comparado ao do mesmo mês no ano anterior. Esta recuperação, porém, não foi suficiente para o encerramento positivo do ano.

As atividades da CNA foram pouco impactadas por estas oscilações, especialmente pela maior parte de suas rotas estar indiretamente associada ao agronegócio brasileiro, que teve mais um ano positivo.

O setor de cabotagem de líquidos segue em franca evolução estratégica, que provavelmente significará o crescimento de longo prazo nos volumes transportados e o aparecimento de oportunidades em mercados antes concentrados nas mãos da Petrobras e suas subsidiárias.

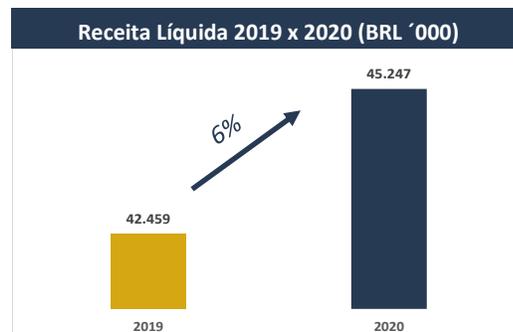
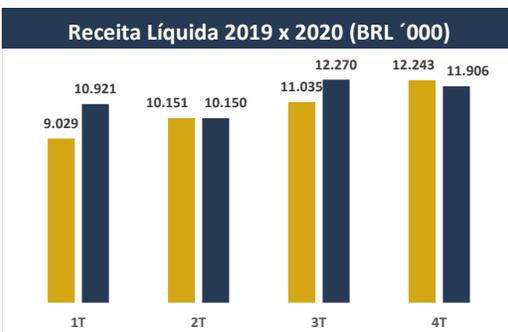
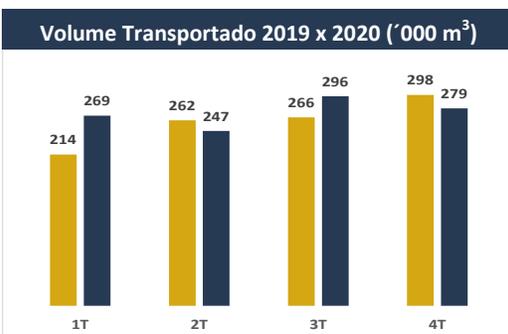
Destaques operacionais

Volume e Receita Líquida

- Crescimento de volume transportado de 4% e de Receita Líquida de 6% frente a 2019

Frota

- Término da construção de nova balsa de aproximadamente 4.200m³ de capacidade



Navegação do Interior e Cabotagem



Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela lei 10.893 de 2004. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de grânéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil e pode ser usado pela CNA, por suas coligadas ou por sua controladora, principalmente para:

- (i) aquisição de embarcações novas, para uso próprio, construídas em estaleiros brasileiros;
- (ii) para intervenção (jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação) de embarcação própria em estaleiro brasileiro; e
- (iii) para o pagamento de prestação de principal e encargos de financiamento concedido com recursos do FMM.

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo de longo prazo e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 dias este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

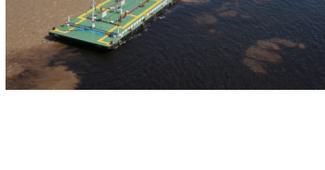
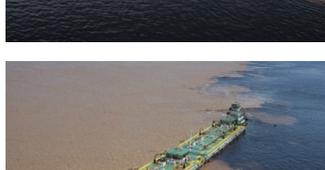
Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção—AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.

Navegação (Offshore + Cabotagem)



DRE - 12 Meses	Navegação	AHTS	Combinado
Receita Líquida	68.319	82.634	150.953
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-54.288	-50.881	-105.169
(-) G&A	-17.473	-7.516	-24.989
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	63.146	78.814	141.960
EBITDA	59.704	103.051	162.755
(+) Novo AFRMM Gerado	15.596	0	15.596
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-45.634	-78.814	-124.448
(+/-) Não Recorrente	-11.904	0	-11.904
EBITDA Ajustado	17.762	24.237	41.999

* Os dados referentes às embarcações AHTS são gerenciais e não foram auditados.

MOPI - Projeto Morro do Pilar



Visão de Mercado

Assim como algumas outras *commodities*, o minério de ferro apresentou alta de 90% em seu preço ao longo de 2020, com o Minério de Ferro 62% CFR China atingindo os maiores patamares em quase uma década.

Este forte movimento tem levado a mudanças das projeções de médio e longo prazo para o ativo. Desde 2016, pelo menos, que as altas de preços do minério não são acompanhadas por mudanças de expectativa de médio e longo prazo para o preço da *commodity*. Este cenário, porém começa a mudar.

A resiliência apresentada durante a pandemia, associada ao aumento das preocupações globais com os temas de sustentabilidade (ESG) também tem impactando a percepção dos analistas em relação ao cenário de preços.

Ainda longe de um consenso em relação ao patamar de equilíbrio, é cada vez menos comum a opinião de que os preços do minério 62% Fe ficarão abaixo de US\$65 dólares reais no longo prazo.

A agenda ESG também tem impactado os preços e expectativas dos prêmios e descontos de qualidade entre os minérios de diferentes teores, como 58%Fe e 65% Fe.



Destaques operacionais

Como decorrência do acidente ocorrido com a barragem da Vale S.A. em Brumadinho em janeiro de 2019, a regulação do setor de mineração sofreu alterações importantes, todas elas no sentido de aumentar a segurança operacional. As consequências para a indústria da mineração, especialmente no estado de Minas Gerais, estão sendo sentidas desde então e deverão permanecer ao longo dos próximos anos, podendo significar redução da produção de minério de ferro em certas minas e/ou regiões. Como parte deste novo cenário, deveremos observar a entrada de novos projetos em regiões menos densas e em reservas com características naturais que favoreçam o menor uso de barragem e/ou o uso de estruturas mais seguras de armazenagem de rejeitos.

O Projeto MOPI está localizado em uma das zonas menos densamente populadas da região ferrífera de Minas Gerais e as características naturais do rejeito de nosso processo produtivo favorecem a adoção de soluções tecnológicas mais seguras a custos competitivos. Por estes fatores, entendemos que as alterações regulatórias, embora signifiquem maior investimento em estudos, são positivas para o Projeto MOPI.

Em 2019, após executarmos os estudos e atividades relacionadas ao cumprimento das condicionantes da LP do Projeto, protocolamos o pedido de Licença de Instalação (“LI”) do Projeto Morro do Pilar.

Em paralelo aos esforços de licenciamento do Projeto, reforçamos nosso time executivo, que focará seus esforços nos avanços técnicos e, principalmente, na estruturação de novas parcerias comerciais, logísticas e na captação de recursos específicos para o desenvolvimento e implantação do Projeto.



Resumo Financeiro



DRE - 4T 2020 (3 meses)	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	17.164	0	17.164
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-15.537	0	-15.537
(-) G&A	-5.399	-2.175	-7.574
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	53.190	-251	52.939
EBITDA	49.418	-2.426	46.992
(+) Novo AFRMM Gerado	4.147	0	4.147
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-37.198	0	-37.198
(+/-) Não Recorrente	-11.904	0	-11.904
EBITDA Ajustado	4.463	-2.426	2.037
Depreciação/Amortização			-3.125
(-) Novo AFRMM Gerado			-4.147
Receitas Financeiras			7.784
Despesas Financeiras			-732
AVP + Despesas Financeiras Aquisição CNA			-4.546
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			37.198
(+/-) Não Recorrente			11.904
Impostos			-3.119
Resultado Líquido			43.254

A atividade de Navegação inclui as operações das investidas CNA e Asgaard, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC.

Resumo Financeiro



DRE - 12 Meses	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	68.319	0	68.319
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-54.288	0	-54.288
(-) G&A	-17.473	-9.785	-27.258
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	63.146	2.683	65.829
EBITDA	59.704	-7.102	52.602
(+) Novo AFRMM Gerado	15.596	0	15.596
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-45.634	0	-45.634
(+/-) Não Recorrente	-11.904	0	-11.904
EBITDA Ajustado	17.762	-7.102	10.660
Depreciação/Amortização			-12.413
(-) Novo AFRMM Gerado			-15.596
Receitas Financeiras			20.716
Despesas Financeiras			-3.858
AVP + Despesas Financeiras Aquisição CNA			-12.383
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			45.634
(+/-) Não Recorrente			11.904
Impostos			-3.298
Resultado Líquido			41.366

A atividade de Navegação inclui as operações das investidas CNA e Asgaard, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI.

Informações Financeiras Consolidadas



Receita Líquida

A Companhia apresentou Receita Líquida Consolidada de R\$17.164 no 4º trimestre de 2020, encerrando o ano com R\$68.319. A atividade de Navegação apresentou alta da receita, enquanto o desfazimento da aquisição da Marsil reduziu a receita da atividade de Mineração e provocou a queda de Receita Líquida na comparação com 2019. Conforme explicado anteriormente, o resultado dos AHTS comprados da BOM somente impactarão o resultado Consolidado da MLog a partir de 2021, já que a formalização da aquisição das embarcações pela Companhia ocorreu no final de 2020. Em 2020, estas embarcações adquiridas geraram Receita Líquida para a BOM, não auditada, de R\$89.701.

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou lucro líquido consolidado de R\$43.254 no quarto trimestre de 2020, encerrando o ano de 2020 com lucro líquido consolidado de R\$41.366. Este é o segundo ano de lucro líquido consolidado desde a fundação da Companhia, em 2011, sendo o primeiro lucro líquido consolidado sem efeito de reversão de *impairment*. Embora seja positivo, o quadro anterior destaca a existência de receitas não recorrentes que afetaram o resultado do trimestre e do ano. A mais significativa delas está relacionada à renegociação de parte da dívida de aquisição da CNA junto ao credor Rio Alva, conforme Nota Explicativa número 14. Também influenciam o resultado da Companhia as despesas financeiras decorrentes da dívida com a aquisição da CNA e as receitas e da dívida entre a Companhia e sua controladora Maverick, que a Companhia é credora. Como explicado anteriormente, o resultado dos AHTS comprados da BOM somente impactarão o resultado Consolidado da MLog a partir de 2021, já que a formalização da aquisição das embarcações pela Companhia ocorreu no final de 2020.

Caixa e Equivalentes de Caixa

A Companhia encerrou o ano de 2020 com posição consolidada em caixa de R\$14.848. O aumento da posição de caixa em comparação ao ano anterior está relacionado à operação com a BOM.

Compromissos Assumidos com a Operação da BOM

A Companhia assumiu o endividamento com o BNDES das embarcações AHTS compradas da BOM em 30 de dezembro de 2020. Nesta data, os valores contabilizados como “Compromissos Assumidos com a Operação da BOM” deixaram de existir e a Companhia passou a contabilizar o empréstimo junto ao BNDES, cujo valor na data montava de R\$80.421

Empréstimos e Financiamentos

A Companhia encerrou o ano com o total de empréstimos e financiamentos de R\$100.441. Deste total, R\$80.421 são referentes ao endividamento com o BNDES, assumido como parte da operação de aquisição dos AHTS da BOM.

Informações Financeiras Consolidadas



Obrigações por Aquisição de Investimentos

Os valores a pagar referentes à aquisição da CNA são contabilizados como Obrigações por Aquisição de Investimentos.

Em 26 de dezembro de 2019, conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na Aquisição de Investimentos devidas pela MLog. Com a conclusão desta dação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas Obrigações.

O Fundo de Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (FIDC Atacado), na qualidade de cessionário e sucessor processual do Banco Santander, era detentor de 26,3% do total dos créditos. Em março de 2020, o FIDC Atacado cedeu a totalidade de seus direitos à Geribá Participações SPE-2 Ltda. (Geribá) e esta, em 30/10/2020 cedeu estes direitos à Rio Alva Participações S.A. (Rio Alva).

Nesta última data a Companhia e suas subsidiárias Asgaard e CNA realizaram um acordo de pagamento desta parcela do crédito que envolveu: (i) o pagamento de R\$3.000 na data da Confissão de Dívida; (ii) o pagamento de duas parcelas adicionais, vincendas em 2021, totalizando R\$3.000, além da dação em pagamento de cinco embarcações operacionais da CNA. A posse das referidas embarcações foi transferida à Rio Alva em 2021, estando ainda pendentes movimentos jurídicos para a transferência de suas efetivas propriedades.

Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total dos créditos, com o restante aproximado de 8% do total pertencendo a diversos credores que originalmente eram debenturistas do Grupo Libra.

A Companhia vem negociando com os Bancos Bradesco e Itaú novas condições para estes créditos dadas as características dos mesmos.

Ativos e Passivos Circulantes

Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o ano de 2020 com volume consolidado de ativos circulantes (R\$40.326) menor do que o de passivos circulantes (R\$ 129.941).

Esta circunstância está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Informações Financeiras Consolidadas



Estrutura de Capital

Desde 2016, quando seus ativos encontravam-se todos em fase pré-operacional, a Companhia vem realizando aumento de capacidade de geração de resultados operacionais recorrentes através da aquisição da CNA e da Operação BOM.

Como até 2020 a Companhia não contava com geração recorrente consolidada de resultado operacional e nem posição relevante em caixa, estes movimentos foram executados com assunção de compromissos de pagamento futuros.

A Companhia hoje tem passivo total de R\$413.264. Neste passivo estão incluídos R\$178.067 de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam obrigação de pagamento pela Companhia. A existência deste valor está relacionada à metodologia de contabilidade de subsídios governamentais, conforme determinado pelo CPC 07.

O valor do passivo total da Companhia, excluindo o valor de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, é de R\$235.197, equivalente a 19,0% do seu total de ativos e 28,5% do seu Patrimônio Líquido.

Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No primeiro trimestre de 2017, o registro de listagem de ações da Companhia na BM&FBovespa não foi renovado.

O Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 31 de julho de 2020, é composto atualmente por três membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros deste Conselho: Luiz Claudio Souza Alves, Presidente do Conselho de Administração, Alvaro Piquet e Otavio Paiva.

No dia 31 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia elegeu a Diretoria para um mandato a encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Em 01 de setembro de 2020, a então Diretora Jurídica, Sabrina Juhasz, apresentou à Companhia sua renúncia. Em 15 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia elegeu Denise Oliveira de Albuquerque como nova Diretora Jurídica, com mandato até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Em 15 de fevereiro de 2021, a então Diretora Financeira Julia Souza de Paiva apresentou à Companhia sua renúncia. Em 11 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Antonio Frias Oliva Neto como novo Diretor Financeiro, com mandato até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

A atual Diretoria é composta por, Elias David Nigri (Diretor Presidente), Luiz Claudio Souza Alves (Diretor Vice-Presidente), Antonio Frias Oliva Neto (Diretor Financeiro), Denise Oliveira de Albuquerque (Diretora Jurídica e de Compliance) e Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda (Diretor de Planejamento e de Relações com Investidores).

Mercado de Capitais e Governança Corporativa



Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da CVM, nos regulamentos da BM&FBovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 2003, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a Companhia relacionados ao exame de suas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2021.

A Administração

Relações com Investidores

Gustavo Barbeito

CIO/IR Officer

Contato

ri@mlog.com.br

Telefone: +55 21 3248 4800

www.ir.mlog.com.br

MLog S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixas	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

MLOG S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MLOG S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MLOG S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da MLOG S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia e suas controladas excedeu o total do ativo circulante em R\$ 89.615 (R\$ 24.187 em 2019) mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Subvenção Governamental

Conforme Notas Explicativas nº 3.1 (m) e 5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A MLOG recebe por meio de sua controlada indireta (Companhia de Navegação da Amazônia - “CNA”) recursos provenientes de subvenção governamental. O Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) incide sobre o frete do transporte aquaviário da carga de qualquer natureza descarregada em porto brasileiro e é repassado na forma de subvenção governamental. Devido às incertezas relacionadas ao cronograma de liberação e disponibilização dos recursos do benefício do AFRMM, das características relacionadas à aplicação destes recursos conforme definido na Lei 10.893/04 e da incerteza quanto ao momento de reconhecimento desta subvenção governamental como receita no resultado do exercício, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho dos principais controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação da subvenção governamental;– Avaliação da existência e da mensuração dos recursos do AFRMM registrados como depósitos de AFRMM em conta vinculada, por meio de confirmações externas;– Confronto entre a utilização dos recursos do AFRMM com o permitido na respectiva lei do AFRMM (Lei 10.893/04);– Recálculo de depreciação e teste, por amostragem, dos comprovantes de gastos com reparos, que são base para o reconhecimento da receita de subvenção e confronto com o registro no resultado do exercício; e– Avaliação das divulgações relacionadas aos saldos do AFRMM que constam nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o saldo de subvenções governamentais, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

2 – Valor recuperável de ativo imobilizado, intangível e ágio (individual e consolidado)

Conforme Notas Explicativas nº 3 (f), 3 (i), 8, 9 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas avaliaram a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") e efetuou anualmente a análise de perda por redução ao valor recuperável do ágio, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que considerou determinadas premissas, tais como taxa de desconto e projeções de receita e custo.</p> <p>Devido às incertezas inerentes às projeções de estimativas de fluxo de caixa para determinar o valor em uso do ativo imobilizado e intangível e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho dos principais controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação da recuperabilidade dos ativos da Companhia;– Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa utilizadas pela Companhia na projeção do valor em uso para mensuração do valor recuperável. Comparamos as principais premissas com dados obtidos de fontes externas, tais como, o preço futuro do minério, dos aluguéis das embarcações, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como avaliamos as análises de sensibilidade sobre essas premissas; e– Avaliamos também as divulgações efetuadas quanto à recuperação dos ativos registrados pela Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável do ativo imobilizado, intangível e ágio, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

3 – Reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos

Conforme Nota Explicativa nº 1, 8 e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu o processo de aquisição de três embarcações da Bourbon Offshore Marítima S.A., que durante o exercício de 2020 passou a ser controlada indireta da MLOG S.A., após aquisição de 20% da Companhia pela sua controlada indireta CNA (Companhia de Navegação da Amazônia - "CNA").</p> <p>A transação foi contabilizada pela Companhia como aquisição de ativos conforme CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.</p> <p>Devido ao alto grau de julgamento envolvido na determinação do tratamento contábil aplicando o conceito de definição de negócio e na avaliação das premissas utilizadas na determinação dos valores justos utilizados para alocação dos custos dos ativos adquiridos, incluindo dentre outras, as taxas de desconto e as projeções de fluxo de caixa, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento e mensuração da aquisição de ativos;– Avaliação da classificação contábil adotada pela Companhia para aquisição realizada de acordo com os critérios de definição de negócio, especificamente, o teste de concentração dos ativos e a avaliação se o conjunto de atividades e ativos adquiridos possuem ou não inputs, processos e outputs significativos na data de aquisição dos ativos;– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa, incluindo comparação das premissas utilizadas com informações de mercado, e análise de sensibilidade, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas;– Análise, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, dos valores justos dos ativos imobilizados adquiridos; e– Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o reconhecimento e mensuração dos ativos adquiridos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de Maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

MLog S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	18	14.848	1.581
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	2.476	69.278
Contas a receber de clientes	6	-	-	5.838	6.515
Adiantamentos a fornecedores		1.716	100	2.024	226
AFRMM para liberação	5	-	-	8.075	-
Estoques		-	-	287	428
Partes relacionadas	12	-	250	-	1.093
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	16	1.573	1.492	3.483
Outros impostos a recuperar	7	-	-	873	5.919
Despesas antecipadas		274	103	856	695
Outros créditos		17	20	3.557	1.657
Total do ativo circulante		2.035	2.064	40.326	90.875
Não circulante					
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	8	84	545	-	-
Depósitos judiciais		483	-	620	3.280
AFRMM para liberação	5	-	-	-	9.126
Partes relacionadas	12	73.618	53.529	74.542	53.529
Bloqueios judiciais		2	296	2	296
Outros impostos a recuperar	7	-	-	4.967	-
Direitos na Transação Negocial	14	-	-	2.990	11.215
Investimentos	8	944.897	165.859	-	-
Imobilizado	9	116.096	1.632	309.363	197.706
Intangível	10	-	738.501	806.330	804.291
Total do ativo não circulante		1.135.180	960.362	1.198.814	1.079.443
Total do ativo		1.137.215	962.426	1.239.140	1.170.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo	Nota				
Circulante					
Fornecedores	13	311	289	5.767	6.952
Empréstimos e financiamentos	22	23.828		32.558	9.209
Salários e encargos sociais		37	1.619	2.835	3.971
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.783	996	7.351	1.507
Outros impostos a recolher		-	23	-	2.038
Partes relacionadas	12	-	51.446	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-	1.238
Provisões	17	1.866	1.991	3.508	3.633
Obrigações na aquisição de investimentos	14	73.792	77.998	75.292	77.998
Outras contas a pagar	16	246	5.761	2.630	8.516
Total do passivo circulante		101.863	140.123	129.941	115.062
Não circulante					
Empréstimo e financiamentos	22	56.593	-	67.883	3.734
Partes relacionadas	12	126.945	-	4.135	-
Provisão para passivo a descoberto	8	1.644	1.643	-	-
Tributos diferidos		-	-	135	297
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	178.067	208.789
Obrigações na aquisição de investimentos	14	24.300	30.157	24.300	30.157
Provisões	17	-	5.999	2.928	21.786
Outros passivos não circulante		-	-	5.875	5.983
Total do passivo não circulante		209.482	37.799	283.323	270.746
Patrimônio líquido	18				
Capital social		1.161.678	1.161.678	1.161.678	1.161.678
Reserva para pagamento baseado em ações		-	25.308	-	25.308
Prejuízos acumulados		(335.808)	(402.482)	(335.808)	(402.482)
Atribuível à participação dos acionistas controladores		825.870	784.504	825.870	784.504
Participação de acionistas não controladores		-	-	6	6
Total do patrimônio líquido		825.870	784.504	825.876	784.510
Total do passivo e patrimônio líquido		1.137.215	962.426	1.239.140	1.170.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de prestação de serviços	Nota 19	-	-	68.319	72.394
Custos dos serviços prestados	19	-	-	<u>(66.287)</u>	<u>(67.743)</u>
Resultado bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.032</u>	<u>4.651</u>
Despesas operacionais					
Com pessoal	24	(3.248)	(6.312)	(16.843)	(17.900)
Serviços prestados		(3.295)	(2.249)	(4.069)	(3.110)
Gerais e administrativas		(911)	(2.419)	(4.524)	(5.551)
Depreciação e amortização		(304)	(441)	(414)	(623)
Tributárias		(1.402)	(100)	(1.822)	(569)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Equivalência patrimonial de investidas	8	38.065	(7.696)	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	45.634	10.518
Outras receitas (despesas) operacionais	25	8.059	2.320	20.195	(2.686)
		<u>36.964</u>	<u>(16.897)</u>	<u>38.157</u>	<u>(19.921)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>36.964</u>	<u>(16.897)</u>	<u>40.189</u>	<u>(15.270)</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	19.846	3.845	20.716	4.005
Despesas financeiras	21	(13.948)	(16.478)	(16.241)	(17.805)
		<u>5.898</u>	<u>(12.633)</u>	<u>4.475</u>	<u>(13.800)</u>
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>42.862</u>	<u>(29.530)</u>	<u>44.664</u>	<u>(29.070)</u>
Imposto de renda e contribuição social	11				
Correntes		-	-	(467)	(253)
Diferidos		<u>(1.496)</u>	<u>-</u>	<u>(2.831)</u>	<u>(207)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>41.366</u>	<u>(29.530)</u>	<u>41.366</u>	<u>(29.530)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação (básico e diluído)	18	14,27	(10,18)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>41.366</u>	<u>(29.530)</u>	<u>41.366</u>	<u>(29.530)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>41.366</u>	<u>(29.530)</u>	<u>41.366</u>	<u>(29.530)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social				Reserva para pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Participações de acionistas não controladores	Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva de capital	(-) Custo na captação de recursos				
Em 31 de dezembro de 2018	1.276.193	(85.262)	7.211	(36.464)	25.308	(372.952)	6	814.040
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(29.530)	-	(29.530)
Em 31 de dezembro de 2019	1.276.193	(85.262)	7.211	(36.464)	25.308	(402.482)	6	784.510
Transferencia de reserva para pagamento baseado em ações (Nota 12)	-	-	-	-	(25.308)	25.308	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.366	-	41.366
Em 31 de dezembro de 2020	1.276.193	(85.262)	7.211	(36.464)	-	(335.808)	6	825.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	41.366	(29.530)	41.366	(29.530)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	304	441	12.413	20.476
Baixa de ativo imobilizado e intangível	22	-	1.422	50
Ganho com baixa de investimento	-	(816)	-	(816)
Remissão de dívidas	(12.572)	-	(25.144)	-
Receita de subvenção de AFRMM	-	-	(9.200)	(10.518)
Juros passivos	12.383	14.999	13.943	8.299
Juros ativos	(19.818)	(3.529)	(19.818)	(3.529)
Ajuste contraprestação contingente aquisição CNA	7.196	-	7.196	-
Variação cambial não realizada	-	-	121	45
Resultado de equivalência patrimonial	(38.065)	7.696	-	-
Rendimento da conta vinculada do AFRMM	-	-	-	37
Ganho com acordos judiciais	(2.969)	-	(5.178)	-
Tributos diferidos	1.496	-	2.831	207
Variações nos ativos e passivos				
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	1.557	791	2.077	(78)
Estoques	-	-	141	197
Despesas antecipadas	(171)	(11)	(162)	(234)
Outros créditos	3	(5)	(1.899)	(1.180)
Contas a receber de clientes	-	-	677	(1.964)
Depósitos judiciais	(483)	-	427	-
Bloqueios judiciais	-	15	-	(45)
Adiantamentos a fornecedores	(1.616)	(83)	(1.798)	12
AFRMM	-	-	46.704	2.168
Fornecedores	123	40	(1.307)	(2.527)
Salários e encargos sociais	(1.582)	1.505	(1.137)	2.452
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher	(730)	881	700	2.328
Juros com partes relacionadas	(590)	493	(82)	(113)
Juros de empréstimos bancários pagos	-	-	(1.129)	(314)
Adiantamentos de clientes	-	-	(1.238)	394
Outras contas a pagar	(1.622)	2.985	(3.808)	3.914
Provisões	-	1.074	207	6.012
Outros passivos não circulantes	-	-	-	(395)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais	(15.768)	(3.054)	58.325	(4.652)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	(84)	(545)	-	-
Partes relacionadas - concedidos	(1.075)	(16.976)	(14)	(9)
Aquisições de imobilizado	(35)	(2)	(42.733)	(2.196)
Adições ao intangível	(7.692)	(12.177)	(7.789)	(12.177)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(8.886)	(29.700)	(50.536)	(14.382)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de empréstimos bancários	-	-	(8.671)	(4.938)
Recursos provenientes de novos empréstimos	-	-	15.315	15.069
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	(1.500)	(805)	(3.000)	(805)
Partes relacionadas - recebidos	26.148	31.516	1.834	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades de financiamentos	24.688	30.711	5.478	9.326
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6)	(2.043)	13.267	(9.708)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	2.061	1.581	11.289
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	18	14.848	1.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Receitas operacionais				
Vendas de serviços	-	-	81.352	83.646
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços vendidos	-	-	(44.274)	(52.217)
Despesas gerais e administrativas	(4.125)	(4.640)	(7.117)	(11.953)
Outras receitas				
Subvenção de AFRMM	-	-	45.634	10.518
Outras receitas	8.059	2.320	19.348	2.320
Depreciação e amortização	(304)	(441)	(414)	(623)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado financeiro líquido	5.898	(12.633)	4.475	(6.786)
Resultado de equivalência patrimonial	38.065	(7.696)	-	-
Valor adicionado a distribuir	47.593	(23.090)	99.004	24.905
Distribuição do valor adicionado pessoal				
Remuneração direta	81	83	15.791	17.450
Honorários da administração	2.149	4.671	9.070	5.344
Benefícios	553	843	6.849	11.082
FGTS	6	6	1.647	1.863
	2.789	5.603	33.357	35.739
Tributárias				
Federais	3.300	746	23.398	12.342
Estaduais	-	-	14	5.470
Municipais	18	11	132	150
Remuneração de capital de terceiros				
Aluguéis	120	80	737	734
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício atribuível	41.366	(29.530)	41.366	(29.530)
Valor adicionado distribuído	47.593	(23.090)	99.004	24.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A MLog S.A. (“Companhia”) detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. (“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A. (“Dutovias”), Asgaard Navegação S.A. (“Asgaard”). A MLOG possui também participação indireta na Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) por meio de sua controlada Asgaard e participação acionária indireta na Bourbon Offshore Marítima (“BOM”) por meio da CNA.

A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo. As subsidiárias MOPI e Dutovias, atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias Asgaard e CNA atuam no segmento navegação por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da Asgaard, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

A Asgaard celebrou contrato de três anos com a Petrobras para operação do Asgaard Sophia a partir do término do contrato atualmente em vigor, que termina em abril de 2021.

Quanto ao Projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo do pedido de Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa nº 16.

Conforme Fato Relevante de 19 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou compromisso vinculante com a BOM e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil.

A completa implementação desta operação contém passos já concluídos, como a aquisição da participação de 20% na BOM pela CNA, o uso e a conversão em caixa de AFRMM, a aquisição e assunção da dívida com o BNDES destas 3 embarcações AHTSs pela MLog, realizada em 30 de dezembro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 8

Determinados passos futuros já contratados ainda serão efetivados, mas desde 30 de dezembro de 2020 estes não mais dependem de aprovação de terceiros para sua viabilidade.

A Companhia apresenta nessas demonstrações financeiras um lucro de R\$ 41.366 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e prejuízos acumulados de R\$ 335.808 (R\$ 402.482 em 31 de dezembro de 2019).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme os prazos divulgados nas Notas Explicativa 22 e 14, respectivamente.

Conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia e suas controladas excedeu o total do ativo em R\$ 89.615 (R\$ 24.187 em 2019).

O cenário acima é resultado de 70% dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, relacionados ao Projeto Morro do Pilar e compromissos de curto prazo relacionados principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos).

A Companhia está em renegociação com os principais credores dos valores a pagar pela aquisição da CNA e a capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Aumento de Capital na Morro do Pilar

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18/12/2020, foi aprovado o aumento de capital efetuado pela Companhia em sua controlada MOPI, por meio do aporte de certos ativos e passivos relacionados ao negócio de mineração, cujo valor líquido totalizou R\$ 267.447, fundamentado em laudo de avaliação, com base nos valores contábeis, emitido por empresa especializada.

	Data base da transação 31/10/2020	Variações Patrimoniais	Data efetiva da transação 18/12/2020
ATIVO			
Imobilizado	1.121	(17)	1.104
Intangível	<u>267.729</u>	<u>(51)</u>	<u>267.678</u>
TOTAL	<u>268.850</u>	<u>(68)</u>	<u>268.782</u>
PASSIVO			
Passivo circulante	<u>1.403</u>	<u>(257)</u>	<u>1.146</u>
TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO	<u>267.447</u>	<u>189</u>	<u>267.636</u>

Combinação de negócios - aquisição da Marsil

Em abril de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Marsil que era controlada pelo Grupo Bocaiuva.

Na aquisição da Marsil, o Grupo Bocaiuva assumiu contratualmente perante a MLog a responsabilidade não só pelo pagamento da totalidade dos empréstimos bancários da adquirida, mas também por outros passivos de naturezas diversas existentes na Marsil até a data de sua aquisição.

O preço de aquisição reconhecido a valor justo, incluindo parcela de contraprestação contingente, foi de R\$ 50.000 pagos à vista. Este valor foi desdobrado, em linha com a legislação vigente e pronunciamentos contábeis, da seguinte forma:

R\$ 3.803: Valor de patrimônio líquido contábil na data da aquisição;

R\$ 8.033: Mais valia decorrente do valor justo dos ativos líquidos da investida (avaliados conforme previsto no CPC 15 - Combinação de Negócios);

R\$38.164: Intangível referente aos Direitos Minerários pertencentes à Companhia (avaliados conforme previsto no CPC 15 - Combinação de Negócios).

No Instrumento Particular de Cessão e Transferência Definitiva de Quotas Societárias celebrado entre MLog e Bocaiuva, a Bocaiuva se responsabilizou pela totalidade das dívidas da Marsil, bem como de todas e quaisquer contingências, contabilizadas ou não, cujo fato gerador seja anterior à data da aquisição.

Em 19/06/2019 em função de descumprimentos contratuais da Bocaiuva, a MLog apresentou um requerimento de instituição de arbitragem contra a Bocaiuva perante a Câmara de Arbitragem do Mercado com o objetivo de obter a declaração de resolução do Contrato de Aquisição da Marsil.

Em 16/07/2019, a administração da Companhia celebrou com a Bocaiuva o Instrumento Particular de Rescisão, onde distrata as obrigações assumidas no contrato de Aquisição da Marsil. Nesse instrumento cede a totalidade das quotas da Marsil à Bocaiuva pelo valor de R\$ 50.000. Com esta Rescisão, a Companhia deixou de consolidar a Marsil e, conseqüentemente, os saldos relacionados a Combinação de negócios - aquisição da Marsil, foram integralmente baixados o que inclui os valores de Direitos na transação negocial e Empréstimos bancários. O impacto no resultado do terceiro trimestre e do exercício findo em 31/12/2019 foi um ganho de R\$ 816, registrado na conta outras receitas operacionais.

O Instrumento Particular de Rescisão inclui ainda, dentre outras cláusulas, (i) assunção da obrigação de pagamento à MLog de R\$ 50.000 da Bocaiuva pela acionista Maverick Holding S.A. (“Maverick Holding”) e (ii) a saída do Grupo Bocaiuva do quadro acionário e do bloco de controle indireto da MLog.

Após a conclusão da operação, a Maverick Holding solicitou à Companhia que convocasse Assembléia Geral Extraordinária para aprovar a possibilidade de substituição do compromisso de crédito assumido no valor de R\$ 50.000, corrigido por juros remuneratórios equivalentes a IGPM acrescido de 12% ao ano, pelo compromisso de pagamento, pela Maverick Holding à Companhia, de montante correspondente a 11,39% do valor líquido a ser recebido pela Companhia em uma eventual venda, total ou parcial, do Projeto Morro do Pilar. O valor atualizado da obrigação assumida pela Maverick Holding está demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

Esta Assembléia foi suspensa a pedido de um acionista minoritário detentor de mais de 5% das ações da MLog. A Administração aguarda a evolução das discussões acerca do tema para tomar as necessárias providências para execução do referido crédito e/ou sua conversão em instrumento alternativo, caso assim determine eventual Assembléia da Companhia, conforme comentado na Nota Explicativa nº 15.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com os pronunciamentos contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração evidencia todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas as quais correspondem aquelas utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 21 de maio de 2021.

2.1 Base de consolidação e investimentos societários

a. *Combinação de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

b. *Consolidação*

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando a mesma data base de 31 de dezembro e práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados integralmente nas demonstrações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Investimentos	Participação 31/12/2020	Participação 31/12/2019
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	100%
Asgaard Navegação S.A.	100%	100%
Mineração Marsil Eireli *	0%	0%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%

(*) Consolidada até 30/06/2019 em decorrência do distrato mencionado na Nota Explicativa 1.

A Companhia detêm as seguintes participações societárias indiretas por meio da subsidiária Asgaard:

Investimentos	Participação 31/12/2020	Participação 31/12/2019
Cia de Navegação do Amazonas	100%	100%

A Companhia detêm as seguintes participações societárias indiretas por meio da subsidiária indireta CNA:

Investimentos	Participação 31/12/2020	Participação 31/12/2019
Bourbon Offshore Maritima S.A.	20%	0%

c. Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

d. Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

e. Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Impactos COVID-19

Embora tenha impactado as operações no exercício de 2020 em função de aumentos de custo ou redução da receita, a Administração da MLog entende que até o momento, não é necessário nenhum ajuste em suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em função do COVID-19 e suas consequências, mas está acompanhando a evolução da pandemia, tanto em nível global quanto local, e comunicará a seus acionistas os Fatos Relevantes que possam ser desencadeados pela situação conforme surjam novos acontecimentos.

Desde março de 2020 a Companhia adotou uma série de medidas visando a redução de risco operacional e segurança de seus funcionários, como:

- Quarentenas e testagem de funcionários operacionais;
- Aplicação do Home Office para as atividades administrativas e operacionais (onde possível);
- Cancelamento de viagens não essenciais.

À medida que os efeitos da pandemia afetaram as regiões onde ocorrem as operações da Companhia, a mesma enfrentou dificuldades operacionais relacionadas à força de trabalho bem como adotou em alguns momentos medidas de contingência, porém sem a necessidade de suspender as operações.

A Companhia identificou os principais eventos econômicos aos quais estaria exposta e que poderiam impactar as informações anuais. O resumo destes eventos é apresentado a seguir:

- Redução do valor recuperável (“impairment”). A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment. Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro resultante da COVID-19 nas unidades geradoras de caixa da Companhia (“UGC”), estimado em aproximadamente R\$ 600 em perdas de receita, geradas por medidas de resiliência (“reajuste nas diárias”) pactuadas com a Petrobras e downtime por suspeita de casos de COVID-19; e aproximadamente R\$1.100 em perdas ligadas ao aumento de certos custos e despesas por medidas de prevenção a COVID-19. Cabe ressaltar, contudo, que apesar dos impactos negativos citados, fomos positivamente beneficiados com a valorização do dólar, responsável pelo efeito compensatório em nossas receitas. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação do modelo de fluxo de caixa, permanecem inalteradas para a avaliação do indicativo de impairment.
- Liquidez – No exercício de 2020 a Companhia aumentou sua posição de caixa, principalmente pela liberação de recursos da conta vinculada do AFRMM ocorrida na Operação Bourbon, embora tenha permanecido com capital circulante negativo.
- Valor justo de outros ativos e passivos – No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.
- A matriz de provisões utilizada para reconhecimento de perdas de crédito esperadas foi revisada, levando em consideração os efeitos prospectivos de aumento no risco de inadimplência de nossos clientes. Não foram identificados efeitos relevantes.

- A Companhia vem mantendo negociações junto aos seus fornecedores, visando adequar os preços dos contratos de equipamentos e serviços a conjuntura atual. Estas negociações, quando encerradas, poderão trazer impactos nos contratos com fornecedores.

Os efeitos da pandemia continuam incertos, impossibilitando prever o impacto final que poderia ter na economia e, por sua vez, nos negócios, na liquidez e na posição financeira da Companhia, o que significa que o valor justo dos ativos e passivos pode se alterar nos períodos subsequentes.

3 Sumário das principais práticas contábeis

A seguir apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros e divulgação.

A Companhia não realiza atualmente operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

(i) *Classificação e mensuração de ativos financeiros*

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros - exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado - são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(i.1) *Custo amortizado*

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

(i.2) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

(i.3) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (a) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (c) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

(ii) *Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros*

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, deve refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

(iii) Perdas de crédito esperadas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas, levando em consideração todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, tais como: o histórico dos clientes, situação financeira e possíveis indicadores de inadimplência para estimar as perdas de crédito esperadas.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração das perdas de crédito esperadas, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, que considera dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, contendo, portanto, certo grau de incerteza.

b. Equivalentes de caixa

São considerados equivalente de caixa as aplicações financeiras de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montante conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição.

c. Investimentos em controladas

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

d. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da redução do seu valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários, gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças e são avaliados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável.

Os gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças são capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção de concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável de ativos

Os valores contábeis dos ativos são, para fins de desvalorização, revistos anualmente ou quando houver indicação potencial de perda no valor recuperável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).

	Mineração	Navegação
Mensuração do Valor Recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado ou avaliação dos ativos, conforme o caso
Projeção de Fluxo de Caixa	Toda a vida útil do ativo	Toda a vida útil esperada para cada ativo
Margem Bruta	Base em estudos técnicos contratados, dados de mercado e expectativa do time operacional interno envolvido	Atualização da margem bruta baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Custos	Base em estudos técnicos contratados e dados de mercado	BaseadaBaseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Taxa de Crescimento na Perpetuidade	Sem Perpetuidade	Sem Crescimento
Taxa de Desconto	A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") em dólares que reflete o risco específico e a estrutura de alavancagem do segmento, sendo 12,3% para Navegação e 11,8% para Mineração.	

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração somente registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais quando da evidencia de utilização em lucros tributáveis futuros.

i. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração nas informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

<i>Estimativas e julgamentos contábeis</i>	Nota Explicativa
Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante	5
Perdas de crédito esperadas	6
Combinação de negócios	8
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	9
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado	9
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	15

j. Demonstração do valor adicionado

A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades Anônimas de capital aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

k. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias.

l. Pagamento baseado em ações

A remuneração dos executivos baseada em ações é mensurada e reconhecida a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o executivo adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

m. Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

A subsidiária CNA, mencionada na Nota nº 1, é beneficiária nos termos da Lei 10.893/2004 do recebimento de 100% do benefício do AFRMM gerado nas suas atividades de navegação fluvial e repassado em forma de subvenção governamental. O uso desses recursos, extensível a coligadas, controladas ou controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mesmos usos.

A contrapartida do benefício a ser utilizado registrado no ativo é reconhecida como receita diferida no passivo. O reconhecimento desse passivo no resultado ocorre na proporção do reconhecimento dos valores acima aplicados no resultado, via depreciação e custo de reparação ou quando da incidência de juros ou da amortização de financiamentos. O direito ao uso do benefício extingue-se no caso de não utilização no prazo de três anos, contados a partir do depósito do AFRMM gerado em conta vinculada em nome da CNA.

Em conformidade com o art. 30 da Lei 12.973/2014, as subvenções reconhecidas no resultado, até o limite do lucro líquido do exercício, não são tributadas desde que mantidas em conta de reserva de lucros (reserva de Incentivos fiscais), ficando a utilização dessa reserva condicionada exclusivamente à absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

O saldo das subvenções reconhecidas no resultado não transferido para a citada reserva de lucros, em decorrência da limitação do lucro líquido, deverá ser transferido assim que ocorrerem lucros suficientes nos anos subsequentes.

n. Receitas com prestação de serviços

As receitas de afretamento de embarcações, transporte de cargas e apoio marítimo são mensuradas pelo valor justo do montante recebido, ou a receber, líquidas de descontos comerciais e dos impostos sobre venda desses serviços.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas.

o. Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são relatados à Administração da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis a cada segmento divulgado, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

3.1 Novas normas, revisões e interpretações

a. IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente.

A partir de 1º de janeiro de 2020, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações à IFRS 3 - Definição de negócios;
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de material;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da Taxa de Juros de Referência.

A partir de 1º de junho de 2020, está vigente a seguinte alteração:

- Alterações ao IFRS 16 - Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos à arrendatários em contratos de arrendamento.

A adoção dessas novas normas contábeis e alterações com exceção, do IFRS 3, não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e períodos comparativos

b. IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e alterações a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- **IFRS 17** - Contratos de Seguros

A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

- **IFRS 10 (CPC 36 (R3))** – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB,, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	12	9	12	1.019
Equivalentes de caixa	-	9	14.836	562
	12	18	14.848	1.581

A administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

O saldo em 31/12/2020 de equivalentes de caixa, refere-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem rating em escala nacional entre AA – e AA+, baseado na agência de rating S&P.

O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de impairment baseado na exposição de risco.

O saldo de equivalentes de caixa, compreende depósitos bancários e aplicações financeiras, as quais referem-se a certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 98,57% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2019, a única aplicação financeira existente referia-se a fundo de investimento vinculado a operação de empréstimo, remunerado a taxa de 2,07% ao ano.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1, em 2020 a Companhia aumentou sua posição de caixa principalmente pela liberação de recursos da conta vinculada do AFRMM.

5 Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O quadro abaixo findo em 31/12/2020 apresenta a movimentação das rubricas relacionadas ao AFRMM no balanço consolidado:

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante		Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação ⁽¹⁾	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM ⁽¹⁾
Saldo em 31/12/2019	69.278	-	9.126	208.789
AFRMM gerado	-	-	15.596	15.596
Depósitos em conta vinculada	16.550	(16.550)	-	-
Devolução Bloqueio Judicial	372	-	-	-
Rendimentos da conta vinculada	125	-	-	125
AFRMM utilizado por Coligada	(78.812)	-	-	-
Recebimento referente a Controladora	(711)	-	-	(711)
Jumborização capitalizada ⁽²⁾	(1.898)	-	-	-
Ressarcimento Reparos	(1.546)	-	-	(1.546)
Comissão BNDES e imposto de renda	(882)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(44.088)
Outros (segregação)	-	24.625	(24.722)	(98)
Saldo em 31/12/2020	2.476	8.075	-	178.067

- (1) Apesar da existência deste valor no passivo de longo prazo, a utilização do AFRMM dentro de sua finalidade legal não acarreta em passivo financeiro ou obrigação de qualquer efeito para a Companhia, que pode a qualquer momento deixar de operar o referido ativo e/ou efetuar a venda do mesmo.
- (2) Aumentar o tamanho da embarcação no sentido do comprimento, modernização, compreendendo a conversão e adaptação

O valor de R\$ 44.088 reconhecido no resultado, é composto por R\$ 34.888 referentes a AFRMM transferidos pela CNA relativamente a transação com a BOM e R\$ 9.200 são referentes a apropriação de AFRMM utilizado pela CNA.

Para fins de comparação, o quadro abaixo apresenta a movimentação das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado, no período de 12 meses findo em 31/12/2019:

	<u>Contas do Ativo</u>		<u>Conta do passivo</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM (1)
Saldo em 31/12/2018	13.689	24.052	20.608	203.150
AFRMM gerado	-	-	15.658	15.658
Depósitos em conta vinculada	58.169	(58.206)	-	-
Bloqueios judiciais	(911)	-	-	-
Rendimentos da conta vinculada	1.119	-	-	1.119
Utilização do benefício	(2.168)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(10.518)
Recebíveis da controladora	(620)	-	-	(620)
Transferência de longo para curto prazo	-	31.263	(31.263)	-
Ajuste de menos valia	-	2.891	4.123	-
Saldo em 31/12/2019	69.278	-	9.126	208.789

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Em 31/12/2020, os valores de R\$ 4.646 e R\$ 1.192 (em 31/12/2019 R\$ 4.500 e R\$ 2.015) referem-se aos negócios regulares das subsidiárias CNA e Asgaard respectivamente.

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	5.964	6.652
Provisão para perdas esperadas	(126)	(137)
	5.838	6.515

Os valores de contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2020, têm o seguinte prazo de recebimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Valores a vencer	3.883	4.280
Valores vencidos:		
Até 30 dias	1.858	2.028
De 31 a 90 dias	97	171
De 91 a 180 dias	-	36
De 181 a 360 dias	-	11
Acima de 360 dias	126	126
	5.964	6.652

A provisão contempla 100% dos valores que estão ajuizados referentes a clientes antigos quando a Companhia não adotava a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e garantias suficientes como meio de mitigar o risco financeiro.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22, os recebíveis da Asgaard junto ao seu cliente Petrobras, foram objeto de cessão fiduciária ao Banco ABC, em garantia de empréstimo tomado por sua subsidiária CNA.

7 Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar

IR e CSLL a recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Retidos na fonte				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	16	1.573	16	1.573
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	958	983
CSLL sobre serviços prestados	-	-	195	164
Créditos				
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-	323	763
	16	1.573	1.492	3.483

Outros Impostos a recuperar	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Retidos na fonte		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	393	418
INSS sobre serviços prestados	76	98
Pedido de restituição		
PIS e COFINS	85	3.518
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	-	1.435
PIS e COFINS sobre aquisições de embarcações	-	285
Outros	319	165
	873	5.919
Não circulante		
Pedido de restituição		
PIS e COFINS	3.527	-
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	1.440	-
	4.967	-

8 Investimentos em controladas (Controladora)

A movimentação dos investimentos no exercício foi da seguinte forma:

Investimentos	Participação	31/12/2019	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Transferências	Variações Patrimoniais	31/12/2020
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	21.125	18	(36)	-	-	21.107
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	7.948	249.341	(37)	491.423	189	748.864
Asgaard Navegação S.A.(2)	100%	136.786	-	38.140	-	-	174.926
Saldo do investimento		165.859	249.359	38.067	491.423	189	944.897
Dutovias do Brasil S.A.	100%	(1.643)	1	(2)	-	-	(1.644)
Saldo da provisão para passivo a descoberto (1)		(1.643)	1	(2)	-	-	(1.644)
Saldo Líquido do investimento		164.216	249.360	38.065	491.423	189	943.253

(1) O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas.

(2) Inclui participação societária indireta na CNA e na BOM.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 18/12/2020, a Companhia aumentou o capital de sua controlada MOPI, com a integralização de ativos líquidos no valor de R\$ 267.447, que tem associado um impairment de R\$ 18.632, além de R\$ 527 referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), cuja integralização foi aprovada na AGO de 15/07/2020.

Para fins de comparação, principalmente para o item de equivalência patrimonial, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no mesmo exercício do ano anterior.

Investimentos	Participação	31/12/2018	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Baixa de investimento	31/12/2019
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	21.124	21	(20)	-	21.125
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	7.311	1.100	(463)	-	7.948
Asgaard Navegação S.A.	100%	139.973	-	(3.187)	-	136.786
Mineração Marsil Eireli	100%	48.347	-	(4.025)	(44.322)	-
Saldo do investimento		216.755	1.121	(7.695)	(44.322)	165.859
Dutovias do Brasil S.A.	100%	(1.648)	6	(1)	-	(1.643)
Saldo da provisão para passivo a descoberto (1)		(1.648)	6	(1)	-	(1.643)
		215.107	1.127	(7.696)	(44.322)	164.216

(1) O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital no exercício está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Total
Saldos em 31/12/2019	527	17	1	545
Recursos remetidos	43	39	2	84
Capitalizações	(526)	(18)	(1)	(545)
Saldos em 31/12/2020	<u>44</u>	<u>38</u>	<u>2</u>	<u>84</u>

(*) A capitalização desses saldos ocorre em período não superior a um ano.

Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital no mesmo exercício do ano anterior:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Mineração Marsil Eireli	Total
Saldos em 31/12/2018	1.101	21	5	818	1.945
Recursos remetidos	526	17	2	-	545
Baixa de investimento	-	-	-	(818)	(818)
Capitalizações	(1.100)	(21)	(6)	-	(1.127)
Saldos em 31/12/2019	<u>527</u>	<u>17</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>545</u>

(*) A capitalização desses saldos ocorre em período não superior a um ano.

Aquisição de Participação na Bourbon Offshore Marítima S.A. (Coligada) (“Operação Bourbon”)

Em 6 de janeiro de 2020, a MLog celebrou, juntamente com suas afiliadas Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”) e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil.

A completa implementação desta operação contém passos já concluídos, como a aquisição da participação de 20% na BOM pela CNA, o uso e a conversão em caixa de AFRMM, a aquisição e obrigação de pagamento das parcelas da dívida com o BNDES destas três embarcações AHTS pela MLog.

Determinados passos futuros já contratados ainda serão efetivados, em especial a conversão da Asgaard em uma sociedade controlada em conjunto por MLog e BOM, mas desde 30 de dezembro de 2020 estes não mais dependem de aprovação de terceiros para sua viabilidade.

A Companhia acredita que estes passos restantes serão efetivados ao longo de 2021.

Aquisição de ativos – Embarcações AHTSs

Conforme detalhado acima, como parte da Operação Bourbon, a Companhia adquiriu três embarcações AHTS e obteve controle dessas embarcações no dia 30 de dezembro de 2020.

A Companhia aplicou o teste de concentração, detalhado no parágrafo B7B do CPC 15 – Combinação de negócios, para avaliar se o conjunto de atividades e ativos adquiridos são ou não um negócio. A Companhia considerou que o teste foi atendido, uma vez que o valor justo dos ativos brutos adquiridos estava concentrado em um grupo de ativos similares (Embarcações adquiridas). Conseqüentemente, a transação foi classificada como uma aquisição de ativos, fora do escopo do CPC 15 e seguindo as determinações do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Os valores envolvidos nessa transação são os seguintes:

- R\$ 115.848: Custo do ativo adquirido
- R\$ 82.722: Valor da dívida assumida
- R\$ 33.126: Contraprestação transferida

9 Imobilizado

Saldos da Controladora

Custo	31/12/2019	Adição	Transferências/ baixas	Transferencia para controlada	31/12/2020
Imobilização em andamento	-	22	(22)	-	-
Embarcações	-	115.848	-	-	115.848
Edificações	289	-	-	(285)	4
Máquinas e Equipamentos	1.782	-	-	(1.782)	-
Móveis e Utensílios	842	-	-	-	842
Equipamentos de informática	528	13	-	-	541
Equipamentos de comunicação	144	-	-	-	144
Benfeitorias em bens de terceiros	1.431	-	-	(1.316)	115
	5.016	115.883	(22)	(3.383)	117.494

Depreciação	Taxa				
Embarcações	7%	-	(23)	-	(23)
Edificações	4%	(67)	(11)	-	78
Máquinas e Equipamentos	10%	(722)	(163)	-	885
Móveis e Utensílios	10%	(517)	(84)	-	-
Equipamentos de informática	20%	(509)	(7)	-	-
Equipamentos de comunicação	20%	(138)	(5)	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.431)	-	-	1.316
		(3.384)	(293)	-	2.279
		1.632	115.590	(22)	(1.104)
					116.096

A adição na rubrica embarcações, no valor de R\$ 115.848, está mencionada na Nota Explicativa 8

Custo	31/12/2018	Adição	31/12/2019
Edificações	289	-	289
Máquinas e Equipamentos	1.782	-	1.782
Móveis e Utensílios	842	-	842
Equipamentos de informática	526	2	528
Equipamentos de comunicação	144	-	144
Benfeitorias em bens de terceiros	1.431	-	1.431
	5.014	2	5.016

Depreciação	Taxa			
Edificações	4%	(56)	(11)	(67)
Máquinas e Equipamentos	10%	(545)	(177)	(722)
Móveis e Utensílios	10%	(433)	(84)	(517)
Equipamentos de informática	20%	(433)	(76)	(509)
Equipamentos de comunicação	20%	(125)	(13)	(138)
Veículos	20%	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.421)	(10)	(1.431)
		(3.013)	(371)	(3.384)
		2.001	(369)	1.632

Saldos consolidados do exercício

Custo	31/12/2019	Adições	Transferências/ baixas	31/12/2020
Imobilização em andamento	-	2.551	(22)	2.529
Embarcação em construção	2.622	6.926	(3.860)	5.688
Obras de arte	97	-	-	97
Terrenos	30.480	-	-	30.480
Imóveis	1.645	-	-	1.645
Edificações	322	-	-	322
Máquinas e Equipamentos	4.759	59	(73)	4.745
Móveis e Utensílios	1.248	10	(14)	1.244
Equipamentos de informática	775	58	(2)	831
Equipamentos de comunicação	790	5	(85)	710
Embarcações	201.759	115.848	2.335	319.942
Veículos	426	-	-	426
Benfeitorias em bens de terceiros	1.431	-	-	1.431
	246.354	125.457	(1.721)	370.090

Depreciação	Taxa	31/12/2019	Adições	Transferências/ baixas	31/12/2020
Edificações	4%	(100)	(12)	-	(112)
Máquinas e Equipamentos	10%	(3.029)	(271)	36	(3.264)
Móveis e Utensílios	10%	(691)	(131)	8	(814)
Equipamentos de informática	20%	(646)	(57)	1	(702)
Equipamentos de comunicação	20%	(313)	(73)	35	(351)
Embarcações	5% a 7%	(42.040)	(11.830)	227	(53.643)
Veículos	20%	(398)	(12)	-	(410)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.431)	-	-	(1.431)
		(48.648)	(12.386)	307	(60.727)
		197.706	113.071	(1.414)	309.363

Custo	31/12/2018	Adições	Transferências / baixas	Impostos a recuperar	Baixa de Transação negocial	Baixa de mais valia	31/12/2019
Embarcação em construção	1.138	1.484	-	-	-	-	2.622
Obras de arte	97	-	-	-	-	-	97
Terrenos	33.050	-	-	-	(131)	(2.439)	30.480
Imóveis	1.645	-	-	-	-	-	1.645
Edificações	2.315	-	-	-	(1.187)	(806)	322
Máquinas e Equipamentos	10.879	438	(7)	(46)	(4.149)	(2.356)	4.759
Móveis e Utensílios	1.259	39	(13)	-	(22)	(15)	1.248
Equipamentos de informática	707	89	-	-	(18)	(3)	775
Equipamentos de comunicação	706	96	-	-	(12)	-	790
Embarcações	203.240	50	(1.531)	-	-	-	201.759
Veículos	435	-	-	-	(3)	(6)	426
Benfeitorias em bens de terceiros	1.431	-	-	-	-	-	1.431
	256.902	2.196	(1.551)	(46)	(5.522)	(5.625)	246.354
Depreciação	Taxa						
Edificações	4%	(119)	(86)	-	-	105	(100)
Máquinas e Equipamentos	10%	(1.106)	(2.769)	7	-	839	(3.029)
Móveis e Utensílios	10%	(574)	(133)	12	-	4	(691)
Equipamentos de informática	20%	(543)	(115)	-	-	12	(646)
Equipamentos de comunicação	20%	(238)	(76)	-	-	1	(313)
Embarcações	5%	(28.007)	(15.515)	1.482	-	-	(42.040)
Veículos	20%	(116)	(285)	-	-	3	(398)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.421)	(10)	-	-	-	(1.431)
		(32.124)	(18.989)	1.501	-	964	(48.648)
		224.778	(16.793)	(50)	(46)	(4.558)	197.706

10 Intangível

Refere-se a gastos com exploração e avaliação do Projeto de minério de ferro Morro do Pilar.

Controladora

Custo	31/12/2019	Adições	Transferências	31/12/2020
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	240.663	1.979	(242.642)	-
Softwares	930	-	-	930
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	(6.404)	-
Ágio	491.423	-	(491.423)	-
	739.420	1.979	(740.469)	930
Amortização	Taxa			
Softwares	20%	(919)	(11)	(930)
		738.501	1.968	(740.469)
				-

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia aumentou o capital de sua subsidiária MOPI, transferindo para esta certos ativos relacionados ao negócio de mineração.

Custo	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	246.530	12.765	259.295
Softwares	930	-	930
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Ágio	472.791	-	472.791
	<u>726.655</u>	<u>12.765</u>	<u>739.420</u>
Amortização	Taxa		
Softwares	20%	(849)	(919)
		<u>(70)</u>	<u>(919)</u>
		<u>725.806</u>	<u>738.501</u>

Consolidado

Custo	31/12/2019	Adições	Transferencias / Baixa	31/12/2020
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	259.295	1.978	-	261.273
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)	1.180	96	(8)	1.268
Softwares	930	-	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios	472.791	-	-	472.791
Ágio na aquisição	65.768	-	-	65.768
	<u>806.368</u>	<u>2.074</u>	<u>(8)</u>	<u>808.434</u>
Amortização	Taxa			
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.158)	-	(1.174)
Softwares	20%	(919)	-	(930)
		<u>(2.077)</u>	<u>(27)</u>	<u>(2.104)</u>
		<u>804.291</u>	<u>2.047</u>	<u>806.330</u>

Custo	31/12/2018	Adições	Baixa de transação negocial	31/12/2019
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	246.530	12.765	-	259.295
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	-	6.404
Direitos minerários	38.164	-	(38.164)	-
Sistema de gestão (ERP)	1.205	-	(25)	1.180
Softwares	930	-	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios	472.791	-	-	472.791
Ágio na aquisição	65.768	-	-	65.768
	<u>831.792</u>	<u>12.765</u>	<u>(38.189)</u>	<u>806.368</u>
Amortização				
	Taxa			
Direitos minerários	-	(1.302)	1.302	-
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.072)	19	(1.158)
Softwares	20%	(839)	-	(919)
	<u>(1.911)</u>	<u>(1.487)</u>	<u>1.321</u>	<u>(2.077)</u>
	<u>829.881</u>	<u>11.278</u>	<u>(36.868)</u>	<u>804.291</u>

11 Imposto de renda e contribuição social

Em 31/12/2020, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 398 milhões (R\$ 398 milhões em 31/12/2019), sobre o qual a Administração, tendo em vista a falta de expectativa de rentabilidade futura na entidade em função de reorganizações operacionais, não registra o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	42.861	(29.530)	44.664	(29.070)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	(14.573)	10.040	(15.186)	9.884
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	6.607	(2.617)	-	-
Diferenças temporárias	6.068	(616)	3.613	(2.383)
Diferenças permanentes	<u>2.040</u>	<u>-</u>	<u>14.510</u>	<u>3.344</u>
	<u>142</u>	<u>6.807</u>	<u>2.937</u>	<u>10.845</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(1.496)	-	(2.992)	-
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	(216)	-
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(142)	(6.807)	(3.027)	(10.385)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.496)</u>	<u>-</u>	<u>(3.298)</u>	<u>460</u>
Alíquota efetiva	3%	0%	7,4%	1,6%

Os recursos de AFRMM transferidos para a BOM no montante de R\$44.088, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, foram excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, pelo fato destes valores terem sido oferecidos a tributação na BOM e, portanto, não poderiam ser novamente tributados pela MLOG. Esta exclusão gerou um impacto na linha de diferenças permanentes no montante de R\$14.989.

A natureza de subvenção para investimento decorre justamente da finalidade do emprego dos recursos de AFRMM pela empresa que utilizou os recursos e ela não é alterada pelo simples fato de o valor ser utilizado por empresa coligada, com base na alínea “f”, inciso I, do artigo 19 da Lei nº 10.893/2004.

12 Partes relacionadas

Transações entre partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas demonstrações financeiras estão relacionados abaixo:

<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>¹ Valores ativos na controladora</u>			
MLog S.A.	Patrícia Tendrich Pires Coelho	270	250
MLog S.A.	Maverick Holding S.A.	<u>73.348</u>	<u>53.529</u>
		<u>73.618</u>	<u>53.779</u>
<u>Valores ativos no consolidado</u>			
Asgaard Navegação S.A.	Maverick Holding S.A.	805	746
Asgaard Navegação S.A.	Patrícia Tendrich Pires Coelho	105	97
Asgaard Navegação S.A.	Bourbon Offshore Marítima S.A.	14	-
		<u>74.542</u>	<u>54.622</u>
<u>Valores passivos no consolidado</u>			
Bourbon Offshore Marítima S.A.	MLog S.A.	2.301	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	Companhia de Navegação da Amazônia	<u>1.834</u>	<u>-</u>
		<u>4.135</u>	<u>-</u>
<u>Valores Eliminados na consolidação</u>			
Asgaard Navegação S.A.	MLog S.A.	45.239	29.345
Companhia de Navegação da Amazônia	Asgaard Navegação S.A.	27.123	126
Companhia de Navegação da Amazônia	MLog S.A.	79.407	22.101

A Companhia entende que o risco de crédito dos valores a receber de partes relacionadas é mitigado uma vez que a participação que essas partes relacionadas detem na Companhia supera os valores de seus débitos.

O mútuo entre a MLog e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 270 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

O mútuo entre a Asgaard e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 804, é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

O mútuo entre a Asgaard e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 105, é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

Adicionalmente aos itens acima, porém não envolvendo mútuos e notas promissórias, a Administração destaca os seguintes eventos de partes relacionadas:

A controladora da Companhia, Maverick Holding, é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA acima mencionada. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, Maverick Holding, assumiu a obrigação de pagamento de R\$ 73.348 à MLog pela revenda da Marsil à Boicauva em função do Instrumento Particular de Rescisão. A companhia ingressou com execução judicial contra a Maverick Holding razão pela qual o saldo é apresentado no ativo não circulante. Essa execução judicial tem valor total de R\$ 203.376 e engloba também as parcelas subscritas e ainda não integralizadas do capital social da Companhia.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do conselho como pessoal chave da Administração. Nos doze meses de 2020, a remuneração desses diretores e membros do conselho foi, respectivamente, de R\$ 4.866 e R\$ 971 (R\$ 6.028 e R\$ 1.431 em 2019). A remuneração global da Administração, para o período de 01/05/2020 a 30/04/2021, em até R\$ 9.800, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020.

Pagamento baseado em ações (*stock options*)

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2011, a adoção de um plano de remuneração de diretores, conselheiros e funcionários por meio de opção de compra de ações (*stock option plan*). As opções do plano de emissão pela Companhia são do tipo primário, logo, envolviam a emissão de novas ações.

As opções na proporção de um terço do total das ações disponíveis para o plano, seriam exercíveis em três parcelas anuais, sendo a primeira depois de decorridos 12 meses da data da outorga e as duas seguintes, nas mesmas condições, observados os períodos de 24 e 36 meses também contados da data da outorga. Os participantes tinham o prazo máximo de sessenta meses, a partir da data da maturação, para exercer as opções.

O preço de exercício das opções outorgadas até 20 de agosto de 2012 era de R\$ 1.576,00 (mil e quinhentos e setenta e seis reais) por ação nominal e a partir desta data R\$ 2.547,25 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que devem permanecer os mesmos até a data efetiva do exercício das opções, passível de correções no caso de agrupamentos ou desdobramento da ação.

A remuneração com base em opções para compra de ações foi mensurada e reconhecida ao valor justo, sendo utilizado o modelo de Merton (1973), uma extensão do modelo Black & Scholes.

Os efeitos monetários da remuneração com base em opções para compra de ações no patrimônio líquido e no resultado são os seguintes:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Opções expiradas ¹	<u>939</u>	<u>7.266</u>	<u>8.041</u>	<u>8.281</u>	<u>781</u>	<u>-</u>
Registrado no resultado	<u>939</u>	<u>7.299</u>	<u>8.898</u>	<u>8.737</u>	<u>(479)</u>	<u>(86)</u>
Total acumulado no patrimônio líquido	<u><u>939</u></u>	<u><u>8.238</u></u>	<u><u>17.136</u></u>	<u><u>25.873</u></u>	<u><u>25.394</u></u>	<u><u>25.308</u></u>

- (1) De acordo com as normas contábeis, as opções expiradas pelo não exercício do direito, anteriormente lançadas no resultado, não são revertidas.

No caso de beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que não eram passíveis de exercício caducariam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderiam ser exercidas em até noventa dias. Na data dessas informações anuais, todas as ações expiraram pelo não exercício da opção.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos caducariam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização.

No caso do beneficiário ser demitido mediante destituição de seu cargo sem violação de deveres ou privilégios, os direitos específicos que pudessem ser exercidos em conformidade com a respectiva opção na data de sua emissão poderiam ser exercidos dentro do período remanescente de exercício que estivesse disponível para tal beneficiário. Já os direitos ainda não passíveis de exercício, caducariam sem qualquer indenização ou compensação.

No último trimestre de 2020, a totalidade dos direitos de exercício de opções expiraram. Por esse motivo, o saldo da conta reserva para pagamento baseado em ações foi transferido para a conta de prejuízos acumulados, em atendimento ao disposto no CPC 10.

13 Fornecedores

O saldo consolidado de R\$ 5.767 em 31/12/2020 (R\$ 6.952 em 31/12/2019) refere-se basicamente a fornecedores de serviços e materiais utilizados pelas empresas do grupo em suas operações usuais.

Com relação ao saldo de 31/12/2019, este se referia majoritariamente a acordo celebrado com o Citigroup no valor de R\$ 7.000, pagável em vinte parcelas mensais e consecutivas das quais restavam nove parcelas, que foram integralmente liquidadas em 2020.

14 Obrigações na aquisição de investimentos

Esta conta é referente a obrigações de pagamento assumidas em função da aquisição da totalidade das ações da CNA.

O Grupo Libra, credor destas Obrigações na aquisição de investimentos e também responsável por potenciais passivos da CNA, conforme Notas Explicativas nºs 15 e 17, abaixo, encontra-se em Recuperação Judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog era parte de seu Plano de Recuperação Judicial aprovado.

Em 26 de dezembro de 2019, conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na aquisição de Investimentos devidas pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento do Grupo Libra aos seus credores continha cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020.

Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas Obrigações.

Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total dos créditos..

Em 31/03/2020, o Fundo de Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (FIDC Atacado), na qualidade de cessionário e sucessor processual do Banco Santander, detentor de 26,3% do direito sobre a dívida da MLog pela aquisição da CNA, cedeu a totalidade de seu direito a Geribá Participações SPE-2 Ltda. (Geribá) e esta, em 30/10/2020 cedeu o direito aos créditos a Rio Alva Participações S.A. (Rio Alva). Nesta mesma data a Companhia e suas subsidiárias Asgaard e CNA realizaram um acordo de pagamento com este credor que envolveu: (i) opagamento de R\$ 3.000 na data da Confissão de Dívida, (ii) o pagamento de duas parcelas adicionais, vincendas em 2021, totalizando R\$ 3.000, além da dação em pagamento de cinco embarcações operacionais da CNA.

A posse das referidas embarcações foi transferida à Rio Alva em 2021, estando ainda pendentes movimentos jurídicos para a transferência de suas efetivas propriedades.

Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 2.990 (R\$ 11.215 em 31/12/2019).

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas demonstrações financeiras:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 2019	Transferência	Juros, Multas e Adições	Ajuste em contraprestação contingente	Saldo em 31/12/2020	Circulante	Não circulante
Parcela inicial	47.726	1.116	4.035	-	52.877	52.878	-
Parcela adicional	38.392	(5.318)	2.812	-	35.886	31.432	4.454
Parcela "earn out"	22.037	4.202	5.536	7.196	38.971	19.124	19.846
Acordo com credor	-	-	-	-	(28.142)	(28.142)	-
	108.155	-	12.383	7.196	99.592	75.292	24.300

O valor originalmente definido relativamente a parcela de *earn out* (contraprestação contingente), calculada para os depósitos de créditos de AFRMM gerados após a aquisição da CNA e realizados na conta vinculada até 08/01/2022, foi atingido ainda no exercício de 2020. Desta forma, conforme disposto no CPC 15, faz-se necessário ajuste no valor justo da contraprestação contingente fora do período de mensuração, que deve ser reconhecido no resultado do exercício. O valor do ajuste apurado foi de R\$ 7.196, com base na expectativa da administração da Companhia tendo por base o histórico de liberações de AFRMM verificado nos últimos dois anos e o acompanhamento dos processos em andamento junto ao Fundo da Marinha Mercante e seu efeito no resultado está registrado na conta Outras receitas (despesas) operacionais, conforme indicado na Nota Explicativa nº 25.

Para fins de comparação, apresentamos abaixo o quadro com a movimentação da dívida do ano de 2019:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2018	Juros e Multas	Reversões líquidas dos ajustes a valor presente	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019	Circulante	Não circulante
Parcela inicial	41.547	6.179	-	-	47.726	44.698	3.028
Parcela adicional	35.301	3.896	-	(805)	38.392	25.782	12.610
Parcela "earn out"	16.176	1.608	4.253	-	22.037	7.518	14.519
	93.024	11.683	4.253	(805)	108.155	77.998	30.157

15 Processos judiciais

Em 31/12/2020, a Companhia juntamente com suas controladas Asgaard e CNA, são partes em diversas ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda, estão registrados no balanço e basicamente referem-se, como mencionado na Nota Explicativa nº 17, às ações cíveis e trabalhistas devidas pela controlada CNA.

Segue abaixo tabela com o valor total das causas com prognóstico de perda possível, por tipo:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	-	-	(434)	-
Tributária	-	(12.377)	(50)	(12.396)
Ambiental	-	-	(14.408)	-
Cível	(12.898)	(6.626)	(12.985)	(7.026)
Administrativo	-	-	(15.507)	(19.797)
	(12.898)	(19.003)	(43.384)	(39.219)

A Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, cujas chances de perda são classificadas como possíveis pelos escritórios de advocacia envolvidos e desta forma não foram registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa (R\$)	Chances de perda
Confidencial	Arbitral	Confidencial	Procedimento Arbitral	Indeterminado	Possível
0034387-77.2009.8.14.0301	Tributária	Fazenda Pública Município de Belém	Ação de Execução Fiscal	545	Possível
10283.721485/2012-45	Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM/DRF/AM	Autuação Federal	2.616	Possível
10283.720968/2013-11	Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM/DRF/AM	Autuação Federal	12.848	Possível
0071643-11.2014.4.01.3800	Ambiental	Ministério Público do Estado de Minas Gerais e MPF	Cautelar Inominada	7.215	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800	Ambiental	Ministério Público Federal	Ação Civil Pública	7.179	Possível
5178718-92.2018.8.13.0024	Cível	Boa Sorte Ltda.	Execução de Título Extrajudicial	12.790	Possível
0000716-71.2020.5.11.0009	Reclamação Trabalhista	Delcimar de Freitas Simões	Trabalhista	104	Possível

O Procedimento Arbitral confidencial corre na Câmara de Arbitragem do Mercado e é movido contra MLOG S.A. e mais 10 outras partes na qualidade de requeridas. Este procedimento trata principalmente do inadimplemento de parcelas do aumento de capital na MLog pela acionista Maverick Holding S.A. Os pedidos que afetam a MLog são considerados ilíquidos por não estarem diretamente relacionados com valores financeiros.

O processo administrativo nº 10283.720968/2013-11 refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal de Manaus em face da CNA por ter supostamente apurado IRPJ e CSL a menor no ano calendário de 2010, bem como PIS e COFINS a menor nos anos calendário de 2009, 2010 e 2011. A CNA apresentou impugnação, que foi admitida, em 07.08.2019, para cancelar o auto de infração lavrado. Aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso de ofício interposto em 28.08.2019. De acordo com o contrato de aquisição da CNA, este processo, em caso de perda definitiva, deverá ser ressarcido pelo Grupo Libra.

A execução de Título Extrajudicial nº 5178718-92.2018.8.13.0024 foi proposta por Boa Sorte Ltda. que pretende o recebimento de parcela contratual relativa ao Contrato de Cessão de Direitos Minerários firmado entre as partes. Em 11.09.2020, foi proferida sentença julgando extinta a execução sem resolução de mérito, tendo em vista a divergência entre as partes em relação ao valor devido e a existência de Cláusula de Convenção Arbitral. Aguarda-se julgamento de recurso de apelação. Em 2021 foi iniciada à arbitragem.

16 Compromissos assumidos

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 6/11/2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019, para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação - LI.

Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da LI foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais.

Após o referido protocolo e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação - LI, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre Companhia e terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação - LI, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em aproximadamente R\$20.000.

Em 07/02/2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo de Acordo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos de R\$ 15.923 (R\$ 11.826 em 31/12/2019) já efetuados. A parcela remanescente é de R\$ 31.577 (R\$ 35.674 em 31/12/2019) dos quais R\$ 0 (R\$ 4.097 em 31/12/2019) contabilizados em outras contas a pagar e R\$ 31.577 (R\$ 31.577 em 31/12/2019) que será contabilizado somente após a concessão da Licença de Instalação (LI), quando passará a ser devido.

Em 08/08/2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo de Acordo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 1.465 (R\$429 em 31/12/2019), já efetuados. A parcela remanescente de R\$ 8.735 (R\$ 9.771 em 31/12/2019) teve, R\$ 0 (R\$ 1.036 em 31/12/2019) contabilizados em outras contas a pagar e R\$ 8.735 (R\$8.735 em 31/12/19) que será contabilizado somente após a concessão da Licença de Instalação (LI), quando passará a ser devido.

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 17, os saldos apresentados na linha de Acordos Judiciais do quadro abaixo, referem-se aos acordos celebrados pela Companhia e também pela subsidiária Asgaard Navegação S.A. com o Banco BNP Paribas Brasil S.A. sobre serviços prestados que não possuíam características de financiamento.

A composição de outras contas a pagar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Termo de Cooperação	-	5.133	-	5.133
Acordos judiciais	189	-	189	-
Prêmios de seguro a pagar	-	-	131	541
Outorga de água	-	549	1.040	549
Outros	57	79	1.270	2.293
	246	5.761	2.630	8.516

17 Provisões (consolidado)

Os valores provisionados de curto prazo referem-se a: (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31/12/2019), devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes e (ii) recuperação de praças e acessos de sondagem geológica na região do Projeto Morro do Pilar no valor de R\$ 30 (R\$ 30 em 31/12/2019) e provisões para contingências trabalhistas de R\$ 1.836 (R\$ 1.961 em 31/12/2019).

O valor de longo prazo refere-se a:

- (i) A Companhia, celebrou em 29/06/2020, acordo judicial com o Banco BNP Paribas Brasil S.A., encerrando a contingência que em 31/12/2019 figurava no passivo não circulante sob a rubrica provisões, no valor de R\$ 5.999. Neste acordo, com valor total de R\$ 2.861, a Companhia pagou 50% do valor total em 29/06/2020 e o saldo remanescente foi pago em seis parcelas mensais e consecutivas e está registrado na rubrica Outras Contas a Pagar (vide Nota Explicativa nº 16). O efeito da reversão da provisão para contingência, assim como a contrapartida da obrigação reconhecida no passivo circulante estão demonstrados na Nota Explicativa nº 25 (Outras Receitas (Despesas) Operacionais).
- (ii) A subsidiária Asgaard Navegação S.A. e o Banco BNP Paribas Brasil S.A., celebraram acordo judicial em 29/06/2020, encerrando a contingência, no valor de R\$ 4.841 em 31/12/2019 e que estava registrada no passivo não circulante, na rubrica provisões. O acordo, com valor total de R\$ 4.493, teve 50% do valor total pago na celebração do acordo e o saldo remanescente foi quitado em seis prestações mensais e consecutivas. A obrigação assumida pelo acordo celebrado, está registra no passivo circulante, na rubrica Outras Contas a Pagar (vide Nota Explicativa nº 16). Tanto a reversão da provisão para contingências, quanto a contrapartida da obrigação reconhecida no passivo circulante, impactaram a rubrica Outras Receitas (Despesas) Operacionais (vide Nota Explicativa nº 25).
- (iii) R\$ 2.928 (R\$10.946 em 31/12/2019) devido pela subsidiária Companhia de Navegação da Amazônia em decorrência de ações cíveis e trabalhistas, categorizadas como prováveis.

18 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31/12/2020, o capital social subscrito da Companhia é representado por 2.899.712 ações ordinárias conforme abaixo detalhado:

Acionistas	31/12/2020		31/12/2019	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	1.539.186	53,08	1.539.186	53,08
Fjords Limited	536.737	18,51	536.737	18,51
Korea Investment Corporation	244.909	8,45	244.909	8,45
Fábrica Holding S.A.	154.072	5,31	154.072	5,31
Outros	424.808	14,65	424.808	14,65
	2.899.712	100,00	2.899.712	100,00

Em 07/12/2018, foi comunicado ao mercado que a EIG e Rio Sul Investments LLC (“Rio Sul”), cuja totalidade das ações é detida por Luiz Claudio de Souza Alves, administrador e co-controlador indireto da MLog, celebraram contrato definitivo de compra e venda de 449.746 ações ordinárias da Companhia, representativas de 15,51% de seu capital social.

Em outubro de 2019, foi formalizada a transferência das ações, nos termos da regulamentação aplicável, e a Rio Sul passou a ser acionista da Companhia e o EIG deixou de ter qualquer ação da Companhia.

Em 17/12/2019 foi emitido comunicado ao mercado informando que:

- (i) Fjords Limited recebeu 449.746 ações representativas de 15,51% do capital social da MLog, até então de propriedade da Rio Sul Investments LLC;
- (ii) Rio Sul Investments LLC recebeu de Fjords opção de compra futura de 268.368 ações ordinárias da MLog, representativas de 9,25% do capital social da Companhia.

Com esta operação, as seguintes participações acionárias relevantes foram alteradas:

- Rio Sul Investments LLC, anteriormente detentora direta e indireta de 29,52% das ações da MLog, passou a deter indiretamente o equivalente a 14,01% das ações da MLog;
- Luiz Claudio de Souza Alves, anteriormente detentor indireto de 45,59% das ações da MLog, passou a deter indiretamente o equivalente a 30,08% das ações da MLog;
- Rio Sul Investments LLC passou a deter opção de compra futura do equivalente a 9,25% das ações da MLog; e
- Fjords Limited, anteriormente detentora de 3,00% das ações da MLog, passou a deter diretamente o equivalente a 18,51% das ações da MLog.

Em janeiro de 2020, foi formalizada a transferência das ações, nos termos da regulamentação aplicável.

As operações acima descritas não objetivaram nem alteraram a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na AGE de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

Lucro (Prejuízo) por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do resultado básico e diluído por ação nos exercícios:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado atribuído aos detentores das ações	41.366	(29.530)
Ações em circulação	<u>2.899.712</u>	<u>2.899.712</u>
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	<u>14,27</u>	<u>(10,18)</u>

(*) O prejuízo do exercício não gera efeito diluidor para os detentores das opções de compra de ações e de bônus de subscrição.

19 Receita líquida e custo dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pela subsidiária Asgaard referentes a embarcação Asgaard Sophia, pela subsidiária CNA e no período de janeiro a junho de 2019, também pela Marsil são demonstradas abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Afretamento de embarcações	26.820	23.766
Transporte de cargas	54.532	51.148
Venda de produtos	-	8.732
	<u>81.352</u>	<u>83.646</u>
Receita Bruta		
Deduções		
PIS e COFINS	(5.853)	(5.138)
ICMS	(5.786)	(5.402)
Outros	(1.394)	(712)
	<u>68.319</u>	<u>72.394</u>
Receita líquida		
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	(23.130)	(23.425)
Afretamento	(1.037)	-
Depreciação	(11.999)	(10.815)
Locações	(288)	(1.271)
Materiais	(19.210)	(20.469)
Seguros	(2.827)	(2.164)
Serviços	(5.811)	(7.344)
Outros	(1.985)	(2.255)
	<u>(66.287)</u>	<u>(67.743)</u>
Resultado bruto	<u>2.032</u>	<u>4.651</u>

A Companhia auferiu receita com venda de produtos somente nos primeiros seis meses de 2019, pelo fato da então controlada Marsil, fazer parte dos saldos consolidados. A partir do segundo semestre de 2019, a Marsil deixou de fazer parte do grupo.

A rubrica Serviços, que compõem o custo dos serviços prestados tem na composição do saldo do segundo trimestre de 2019, R\$ 1.925 relativos a Marsil, a qual não faz mais parte do grupo e consequentemente do consolidado em 2020.

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado consolidado são apresentadas a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(39.973)	(41.325)
Afretamento	(1.037)	-
Depreciação	(12.414)	(11.438)
Locações	(1.025)	(2.005)
Materiais	(19.210)	(20.469)
Seguros	(2.827)	(2.164)
Serviços	(9.880)	(10.454)
Remissão de dívidas	25.144	-
Ajuste de contraprestação contingente	(7.196)	-
Outros	(5.346)	(10.327)
	(73.764)	(98.182)
Custos dos serviços prestados	(66.287)	(67.743)
Despesas operacionais	(27.672)	(27.753)
Outras receitas (despesas) operacionais	20.195	(2.686)
	(73.764)	(98.182)

20 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	184	8
Atualização de impostos a recuperar	4	212	74	290
Juros sobre empréstimo	19.839	3.579	20.454	3.645
Descontos obtidos	2	-	3	8
Outros	1	54	1	54
	19.846	3.845	20.716	4.005

A linha de juros sobre empréstimo refere-se basicamente a atualização do compromisso de crédito da controladora Maverick Holding com a MLog, conforme descrito na Nota Explicativa 1.

21 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre empréstimo bancário	-	-	(1.129)	(314)
Juros na aquisição de investimento	(12.383)	(15.937)	(12.383)	(15.937)
Variação cambial	-	-	(172)	(41)
Encargos bancários	(29)	(27)	(293)	(942)
Multas e juros de mora	(1.292)	(514)	(1.961)	(449)
Outros	(244)	-	(303)	(122)
	(13.948)	(16.478)	(16.241)	(17.805)

22 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Em 31/12/2020, todos os ativos e passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, exceto a Obrigação na aquisição de investimento classificada na categoria de Mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores juros são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os principais instrumentos financeiros da companhia em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 estão relacionados abaixo:

Os principais instrumentos financeiros da companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão relacionados abaixo:

	31/12/2020		31/12/2019		Hierarquia
	Valor contábil	Categoria	Valor contábil	Valor Justo	
Ativos e passivos financeiros					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	14.848	Custo amortizado	1.581	Custo amortizado	
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	2.476	Custo amortizado	69.278	Custo amortizado	
Contas a receber de clientes	5.838	Custo amortizado	6.515	Custo amortizado	
Partes relacionadas	74.542	Custo amortizado	53.529	Custo amortizado	
Direitos na transação negocial	2.990	Custo amortizado	11.215	Custo amortizado	
Outros créditos	3.557	Custo amortizado	1.657	Custo amortizado	
Passivos					
Fornecedores	5.767	Custo amortizado	6.952	Custo amortizado	
Empréstimos e financiamentos	100.441	Custo amortizado	12.943	Custo amortizado	
Obrigações na aquisição de investimentos	99.592	Valor justo por meio do resultado	108.155	Valor justo por meio do resultado	Nível 3

Na avaliação dos instrumentos financeiros, a Companhia não identificou diferença significativa entre o valor contábil mensurado pelo custo amortizado e o valor justo dos seus ativos e passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade

Para os valores justos da contraprestação contingente da dívida de aquisição da CNA, alterações possivelmente razoáveis na data de relatório em um dos inputs significativos não observáveis, e mantendo os demais inputs constantes, teriam os seguintes efeitos:

Em milhares de reais	Aumento		Redução	
	31 de dezembro de 2020	25%	1.799.129,70	25%

Premissas: Aumento / Redução de 25% nos prazos médios de recebimentos nos períodos futuros

Gestão de riscos

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com a Política de tesouraria e administração de caixa da Companhia. A Política estabelece critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e as de taxa de juros.

Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que sujeitam a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

Contas a Receber

A exposição dada Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como política somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes.

O principal cliente do Grupo, que em 31/12/2020 representava cerca de 50% dos recebíveis, vêm operando com a Companhia por mais de 4 anos, e nenhum desses saldos de clientes foi baixado ou apresentou problemas de recuperação até data do balanço.

Adicionalmente, não há histórico de securitização dos créditos.

Caixa e Equivalente de Caixa

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3, o saldo em 31/12/2020 de equivalentes de caixa, refere-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem rating em escala nacional entre AA – e AA+, baseado na agência de rating S&P.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de impairment baseado na exposição de risco.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com a Política de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI.

Em 31/12/2020, 95% dos empréstimos e financiamentos estavam atrelados a taxa de juros pré – fixadas, conforme demonstrado no quadro abaixo.

A Companhia atualmente não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. Porém, conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia encontra-se com capital circulante negativo.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas demonstrações financeiras:

	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	32.558	67.883	-	100.441
Fornecedores	5.767	-	-	5.767
Obrigações na aquisição de investimentos	75.292	19.768	4.532	99.592
	113.617	87.651	4.532	205.800

Empréstimos e Financiamentos

Circulante					Consolidado	
Empresa	Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Moeda	31/12/2020	31/12/2019
MLOG	BNDES	Financiamento	Pre-fixada	Dólar	23.828	-
CNA	Banco BASA	Capital de giro	Pre-fixada	Real	1.186	1.463
CNA	Banco Itaú	Capital de giro	Pre-fixada	Real	1.565	2.060
Asgaard	Banco Itaú	Capital de giro	Pre-fixada	Real	289	456
Asgaard	Banco Itaú	Conta garantida	Pre-fixada	Real	-	910
CNA	Banco do Brasil	Capital de giro	Pos-Fixada	Real	3.975	4.320
CNA	Banco ABC	Capital de giro	Pre-fixada	Real	1.715	-
					32.558	9.209
Não circulante						
Empresa	Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Moeda		
MLOG	BNDES	Financiamento	Pre-fixada	Dólar	56.593	-
CNA	Banco BASA	Capital de giro	Pre-fixada	Real	5.472	1.350
CNA	Banco Itaú	Capital de giro	Pre-fixada	Real	913	1.180
Asgaard	Banco Itaú	Capital de giro	Pre-fixada	Real	-	191
CNA	Banco do Brasil	Capital de giro	Pos-Fixada	Real	619	1.013
CNA	Banco ABC	Capital de giro	Pre-fixada	Real	4.286	-
					67.883	3.734
					100.441	12.943

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, em decorrência da aquisição dos três AHTS, a Companhia assumiu a dívida referente ao financiamento dessas embarcações junto ao BNDES. Este financiamento é atualizado com base na variação do dólar dos Estados Unidos e tem taxa de juros pré-fixada de 5% ao ano.

Os demais empréstimos são denominados em reais, com remuneração à taxa média anual de 6,12%. Os empréstimos com taxas pós-fixadas tem sua remuneração atrelada ao CDI.

A Asgaard figura como terceiro garantidor do empréstimo tomado pela CNA junto ao Banco ABC. Tal garantia se deu por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Asgaard, relativos ao contrato de prestação de serviços ao seu cliente Petrobras.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de Sensibilidade

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade para os riscos de câmbio e de taxa de juros, considerando um horizonte de um ano. Esta análise considerou um cenário provável (Cenário) conforme avaliação da Administração e também dois cenários com deterioração de ambas as variáveis de risco em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II).

As premissas utilizadas para o cenário provável teve por base, informações disponíveis no mercado tais como: Dólar 5,33 (relatório Focus de 29/03/2021) e CDI 1,90% (BM&F).

		31/12/2020	Base	+ 25% Cenário I	+ 50% Cenário II
Financiamento BNDES	US\$	80.421	(2.063)	(22.684)	(43.305)
Obrigação na aquisição de investimento	CDI	99.592	(7.293)	(9.141)	(10.998)
	US\$	5,1967	5,3300	6,6625	7,9950
	CDI	1,90%	5,00%	6,25%	7,50%

23 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos.

Nas atividades de navegação, as subsidiárias Asgaard e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I).

As principais coberturas são:

Seguro de Casco:

- **CNA:** Cobertura total de R\$ 101 milhões
- **Asgaard:** Cobertura total de US\$ 32,6 milhões
- **Mlog:** Cobertura total de US\$ 24,9 milhões

Seguro de Proteção e Indenização (P&I):

- **CNA:** Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência.
- **Asgaard:** Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I – superior a US\$ 8,2 bilhões.
- **Mlog:** Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I – superior a US\$ 8,2 bilhões.

Foi renovado, em 04/07/2020, o seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), da controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50 milhões.

24 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal em 31/12/2020 eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração e encargos	(2.230)	(4.754)	(10.834)	(12.178)
Encargos previdenciários	(465)	(715)	(2.641)	(3.002)
Benefícios	(553)	(843)	(3.361)	(2.696)
Outros	-	-	(7)	(24)
	(3.248)	(6.312)	(16.843)	(17.900)

25 Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reversão (constituição) de provisões	6.122	-	10.963	(4.841)
Acordo judicial	(3.439)	-	(9.793)	-
Ajuste contraprestação contingente aquisição CNA	(7.196)	-	(7.196)	-
Remissão de dívidas	12.572	-	25.144	-
Baixa de investimento e imobilizado	-	2.320	(253)	2.320
Reembolsos de reparos	-	-	848	620
Receita de indenização de sinistro	-	-	501	1.014
Outros	-	-	(19)	(1.799)
	8.059	2.320	20.195	(2.686)

Conforme Nota Explicativa nº 17 os saldos apresentados na linha Acordo Judicial, referem-se aos acordos celebrados pela Companhia e também pela subsidiária Asgaard Navegação S.A com o Banco BNP Paribas Brasil S.A. sobre serviços prestados.

A despesa de R\$ 7.196, é relativa a ajuste em contraprestação contingente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14

A receita com reemissão de dívida, refere-se ao ganho reconhecido em decorrência da Confissão de Dívida celebrada entre MLog, Asgaard e Rio Alva, cujos detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

26 Informações por Segmento de Negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Mlog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro em Minas Gerais consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”), bem como a implantação do Projeto MOPI. No ano de 2018 o grupo adquiriu uma nova empresa Marsil que já produz e comercializa minério de ferro de alta qualidade. Essa empresa foi vendida em 16/07/2019.

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A, Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba também tem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, embora estejam ambas em estagio pré-operacional.

- **Navegação**

O segmento de navegação, consolida as operações da Asgaard e da CNA. A Asgaard opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, prestando serviço com embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras. A CNA transporta óleo e derivados na região Norte do Brasil, operando seus ativos em níveis próximos ao limite dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infra-estrutura de armazenagem.

Demonstração do resultado - Segmentos
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	-	68.319	68.319
Custos dos serviços prestados	-	(66.287)	(66.287)
Resultado bruto	-	2.032	2.032
Despesas operacionais			
Com pessoal	(4.133)	(12.710)	(16.843)
Serviços prestados	(3.298)	(771)	(4.069)
Gerais e administrativas	(946)	(3.578)	(4.524)
Depreciação e amortização	(298)	(116)	(414)
Tributárias	(1.408)	(414)	(1.822)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	-	-	-
Subvenção de AFRMM	-	45.634	45.634
Outras receitas (despesas) operacionais	2.683	17.512	20.195
	(7.400)	45.557	38.157
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(7.400)	47.589	40.189
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	-	-	20.716
Despesas financeiras	-	-	(16.241)
	-	-	4.475
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	44.664
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	-	(467)
Diferidos	-	-	(2.831)
Lucro líquido do exercício	-	-	41.366

Demonstração do resultado - Segmentos
Em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	8.286	64.108	72.394
Custos dos serviços prestados	<u>(7.239)</u>	<u>(60.504)</u>	<u>(67.743)</u>
Resultado bruto	<u>1.047</u>	<u>3.604</u>	<u>4.651</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal	(11.142)	(6.758)	(17.900)
Serviços prestados	(2.375)	(735)	(3.110)
Gerais e administrativas	(3.042)	(2.509)	(5.551)
Depreciação e amortização	(441)	(182)	(623)
Tributárias	(160)	(409)	(569)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	10.518	10.518
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(1.375)</u>	<u>(1.311)</u>	<u>(2.686)</u>
	<u>(18.535)</u>	<u>(1.386)</u>	<u>(19.921)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(17.488)	2.218	(15.270)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	-	-	4.005
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.800)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	(29.070)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	-	(253)
Diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(207)</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.530)</u>

Demonstração do resultado
Segmentos em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	-	68.319	68.319
Custos dos serviços prestados	-	(66.287)	(66.287)
Resultado bruto	-	2.032	2.032
Despesas operacionais	-		
Com pessoal	(4.133)	(12.710)	(16.843)
Serviços prestados	(3.298)	(771)	(4.069)
Gerais e administrativas	(946)	(3.578)	(4.524)
Depreciação e amortização	(298)	(116)	(414)
Tributárias	(1.408)	(414)	(1.822)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	-	-	-
Subvenção de AFRMM	-	45.634	45.634
Outras receitas (despesas) operacionais	2.683	17.512	20.195
	(7.400)	45.557	38.157
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(7.400)	47.589	40.189

Ativos e passivos
Informações por segmento em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos			
AFRMM	-	10.551	10.551
Direitos na transação negocial	-	2.990	2.990
Partes relacionadas	73.618	924	74.542
Imobilizado	31.020	278.343	309.363
Intangível	740.468	65.862	806.330
Outros	2.520	32.844	35.364
	847.626	391.514	1.239.140
Passivos			
Fornecedores	425	5.342	5.767
Empréstimos e financiamentos	-	100.441	100.441
Partes relacionadas	-	4.135	4.135
Provisões	3.508	2.928	6.436
Obrigações na aquisição de investimentos	-	99.592	99.592
AFRMM	-	178.067	178.067
Outros	3.348	15.478	18.826
	7.281	405.983	413.264

Ativos e passivos
Informações por segmento em 31/12/2019
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos			
AFRMM	-	78.404	78.404
Direitos na transação comercial	-	11.215	11.215
Partes relacionadas	53.779	843	54.622
Imobilizado	31.293	166.413	197.706
Intangível	738.501	65.790	804.291
Outros	2.110	21.970	24.080
	825.683	344.635	1.170.318
Passivos			
Fornecedores	289	6.663	6.952
Empréstimos e financiamentos	-	12.943	12.943
Provisões	9.632	15.787	25.419
Obrigações na aquisição de investimentos	-	108.155	108.155
AFRMM	-	208.789	208.789
Outros	8.443	15.107	-
	18.364	367.444	385.808

* * *

Elias David Nigri
Diretor Presidente

José Eduardo Pereira Gonçalves
Contador – CRC RJ 063543/O-2

Gustavo Barbeito
Diretor de Relações com Investidores

Luiz Felipe Perdigão
Controller